



LINO MAIA, PRESIDENTE DA CNIS

“Este é mesmo o meu último mandato”

VIII CONGRESSO ELEITORAL

Novos órgãos sociais da CNIS tomaram posse para o quadriénio 2023-2026



UDIPSS
Aveiro, Setúbal e Portalegre reelegem presidentes, Porto opta pela mudança



PROTOCOLO
Sector Social e Governo acordam solução para internamentos sociais no SNS



I JORNADAS CACI
Instituições da deficiência debatem alteração legislativa e seus constrangimentos



Eugénio Fonseca
Presidente da Confederação
Portuguesa do Voluntariado



Sem ética não há cidadania

Nos últimos tempos, em Portugal têm vindo a público, casos de pessoas e de instituições, a nível do Estado e de outras Organizações privadas, que em nada abonam em favor da idoneidade das mesmas. A muitos deles estão ligadas pessoas com responsabilidades públicas a quem se exigem comportamentos éticos fundamentais para servirem o bem comum, devendo ter as justas compensações inerentes à exigência de cada cargo e nenhuma outra deve ser concedida, sendo atos corruptos e fraudulentos todas as obtidas em troca de favores desonestos e prejudiciais a terceiros.

Estes casos têm-nos chegado pelos meios de comunicação social. É uma forma de denúncia que tem uma dupla face: a de tornar público o que lesa o erário público e o bem comum; mas, por outro, o de se condenar sem se terem todos os meios de prova. Mas não se culpe disso os media, mas o sistema judicial português, a começar pela legislação que o enquadra.

O sistema judicial português está construído de forma a quem tiver recursos financeiros possa recrutar defensores já muito familiarizados com as facilidades e alçapões das leis, das suas constantes alterações, das “fugas para a frente” que tornam inexplicavelmente demorados determinados processos, que alguns chegam até a prescrever. Em suma, temos uma justiça forte com os fracos e muito débil para com os fortes. Sendo já isto um problema, claríssimo, de incumprimento dos direitos humanos, acrescenta-se outro, também de grande monstruosidade, que é o da morosidade do poder judicial, levar a que o mesmo se exerça na praça pública. Quando assim é, os mais incautos confundem suspeitos com condenados e arguidos com réus. Há muito bom nome, irremediavelmente manchado por causa de denúncias sem fundamentações consistentes. Infelizmente, o “desporto” mais praticado, no nosso país, é a inveja. Valha-nos a prática de muitos outros “desportos” que, pela sua virtualidade, vêm servindo

de antídoto a esse outro tão demolidor.

Apesar de todos estes graves riscos, se não fosse o papel da comunicação social trazer a público o agir fraudulento e lesivo do que a todos pertence, e muitos crimes passariam impunes e, por essa razão, muita riqueza se acumularia nas mãos sujas de uns quantos à custa do empobrecimento de muitos.

Esta avalanche de “casos e casinhos”, devidamente, comprovados, exige, como é óbvio, uma pesada responsabilização judicial, mas para se encontrar uma solução atenuante ou radical. O investimento tem de ser feito, desde bem cedo, na educação para os valores éticos, ou seja, a formação sobre a responsabilidade pessoal e a corresponsabilidade social na procura de caminhos do bem.

Esta educação tem como «referenciais para uma intervenção ética: dignidade da pessoa, justiça, igualdade de direitos, cidadania plena, solidariedade, responsabilidade, fidelidade.» . O maior problema da civilização hodierna é que arrumou para o lado os valores éticos e criou dois deuses insaciáveis e muitíssimo sedutores que se chamam poder e dinheiro. A humanidade está a dar, cada vez mais, sinais de querer uma outra civilização, em que o seu eixo seja a pessoa e uma ecologia integral. Para isso, é necessário investir numa educação que não se interesse só pelo ensino dos conhecimentos técnico-científicos, mas também se empenhe, com igual vigor, pela difusão dos valores humanos. A educação para os valores exige uma pedagogia que permita a sua assimilação, de modo que a entranhemos no âmago de cada ser humano, desde as primeiras etapas da vida. A ética não se ensina apenas, mas aplica-se. Essa, em minha opinião, é uma das limitações de alguns dos módulos da disciplina “Cidadania e Desenvolvimento” que integram os currículos dos 1.º- 2.º-3.º Ciclos do Ensino Básico e do Ensino Secundário. Por outro lado, o exemplo dos educadores e dos cidadãos com exposição pública, cada um a seu nível, e na sua área de

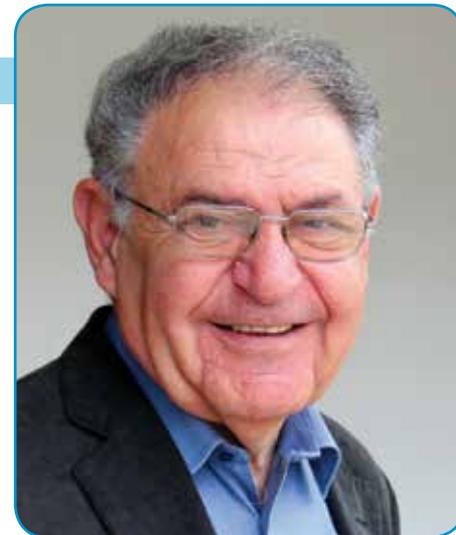
intervenção, têm responsabilidades maiores como exemplos a seguir.

A orientação ética fundamental é a verdade na relação connosco e com os outros. Tem como finalidade a certeza de que ninguém jamais será feliz se ao seu redor existirem condições que a comprometam. Se a nossa civilização fosse marcada por maior sentido ético, perceber-se-ia como é importante vencer individualismos e hedonismos e todos os esforços seriam direcionados para a construção do bem comum; seria bem diferente a libertação interior de cada pessoa, se se tivesse maior consciência de que os seres humanos são mortais, com tempos de vida desconhecidos; entender-se-ia a governança política como uma missão e não como uma carreira profissional; ter-se-ia motivações para a prática da política partidária alavancada em consciências cívicas e em ideais humanistas e não só por razões de filiação ideológica; convidar-se-ia para cargos institucionais quem fosse capaz de os exercer sem se tornar dono deles, mas sempre com espírito de quem serve, e só até que fosse útil; saber-se-ia, sem hesitações, que a defesa e o respeito pela dignidade humana são o princípio e o fim de qualquer orientação ética e que quem assume tarefas públicas e administra bens colocados à sua confiança tem de, em tudo, usar da maior transparência e lealdade para com a sua instância hierárquica superior, bem como para com a comunidade em geral.

Se é verdade que, nos últimos tempos, têm sido noticiadas más práticas por parte de cidadãos e instituições públicas e privadas, que isso não nos faça esquecer que essas, apesar de muito vergonhosas e prejudiciais, são exceções. Há muito bem a acontecer, todos os dias, por esse Portugal, de lés a lés, protagonizado por gente que não é usurária; que tem respeito por si e pelos outros; que conjuga mais vezes o verbo doar e menos o arrecadar; que assume cargos apenas e só como um serviço aos outros. Que o digam muitas IPSS e outras Organizações públicas e privadas.

EDITORIAL

Padre Lino Maia - Presidente da CNIS



Altas hospitalares

1. Com efeitos retroativos a 1 de janeiro último, no dia 2 de fevereiro foi publicada uma Portaria da Secretária de Estado da Inclusão e do Secretário de Estado da Saúde, Portaria essa que estabelece os termos e condições em que é efetuada a articulação interinstitucional, para efeitos de referenciação e acompanhamento de pessoas que, por motivos sociais, permanecem internadas após a alta clínica, em hospital do Serviço Nacional de Saúde (SNS), através do recurso a um acolhimento temporário e transitório em resposta social.

Segundo essa Portaria, o acolhimento temporário e transitório ocorre em Estruturas Residenciais para Pessoas Idosas (ERPI) ou Lares Residenciais (LR) com acordo de cooperação celebrado entre as instituições particulares de solidariedade social ou legalmente equiparadas e o Instituto da Segurança Social, I.P. (ISS, I. P.) ou em que venha a ser celebrado novo acordo mediante reserva de novos lugares, dentro da capacidade instalada na resposta social.

A Portaria aplica-se a todas as pessoas que, cumulativamente: permaneçam, por motivos sociais, internadas nos hospitais do SNS, em situação de pós alta clínica, e se encontrem impossibilitadas de regressar ou permanecer na sua própria residência, em virtude de não reunirem condições de autonomia ou não disporem de rede de suporte familiar ou outra para prestar os cuidados necessários, ou, na sua existência, esta se manifeste insuficiente, careçam comprovadamente de uma resposta de acolhimento residencial, após avaliação do perfil pessoal, social e das condições de saúde e prestem o seu consentimento escrito, direto ou, quando tal não seja possível, o mesmo seja prestado pelo seu representante legal, sempre que aplicável. Estão excluídas do âmbito de aplicação da Portaria, as pessoas que reúnam os critérios para integrar uma das tipologias de resposta da Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados (RNCCI), de ações ou cuidados paliativos, bem como as pessoas com doença mental grave, com úlceras de pressão de

grau 2 ou superior ou outras situações de saúde complexas, associadas a situações graves de caráter degenerativo que requeiram a existência de uma equipa médica em permanência.

2. O planeamento da alta hospitalar representa um momento crucial para o sucesso da continuação e tratamento da recuperação dos cidadãos, seja através do regresso ao domicílio ou, sempre que a situação de dependência e ou incapacidade não o permita, e por razões sociais, nomeadamente por insuficiente ou inexistente apoio familiar ou de rede formal de suporte, com recurso ao acolhimento em resposta social.

Uma intervenção concertada e articulada, entre os profissionais, os doentes e as famílias num contexto de planeamento da alta hospitalar é um fator determinante para que seja bem sucedida a recuperação e a reintegração no período de pós-alta.

Com efeito, em determinadas situações, apesar do utente ter alta hospitalar, a alta clínica nem sempre resulta na sua saída efetiva do hospital, ou seja, embora não apresente condicionantes do âmbito clínico para ali permanecer, em determinadas situações sociais existe um protelamento do internamento hospitalar quando o utente não tem condições para regressar ou permanecer na sua residência, quer seja por ausência de autonomia, por dificuldade ou ausência de capacidade de autocuidado ou por razões pessoais e ou insuficiente ou inexistente suporte familiar ou rede formal de apoio.

A realidade atual gera, assim, constrangimentos vários determinando a adoção de medidas que enquadrem a definição e criação de estratégias articuladas, integradas e concertadas para a redução dos protelamentos de alta hospitalar, pelo que urge assegurar uma avaliação social adequada com vista ao regresso ao domicílio ou, na sua manifesta impossibilidade, o acolhimento da pessoa com alta hospitalar, através da disponibilização pelo setor social de vagas em respostas sociais adequadas, Estruturas Residenciais para Pessoas Idosas

(ERPI) ou Lares Residenciais (LR), garantindo no pós alta a sua segurança e proteção social, contribuindo para a libertação de camas dos Hospitais do Serviço Nacional de Saúde (SNS), de forma a que estes possam focar-se na sua missão e assim responder efetivamente às necessidades de internamento hospitalar.

3. Porque são entregues ou abandonadas nos hospitais para tratamentos ou porque não têm retaguarda familiar ou condições de acolhimento são múltiplos os casos de pessoas que, após eventuais tratamentos clínicos e tendo alta hospitalar, se confrontam com o inultrapassável problema de não terem para onde ir ou de quem eventualmente as acolha.

Ao longo do ano sucedem-se tais situações, mas multiplicam-se particularmente nos períodos de inverno ou quando se aproximam as férias. São largas centenas e um pouco por todo o País, mas com particular intensidade nas duas áreas metropolitanas.

Há também pessoas que, antes de recorrerem aos hospitais já não tinham “nem eira nem beira” e por ali ficaram a vegetar, deambulando entre enfermarias, provavelmente contraindo doenças ou vícios.

Quando as camas são mais precisas chega a ultrapassar o milhar de camas ocupadas por pessoas que não deveriam estar nos hospitais. São situações muito onerosas e inviabilizam internamentos de pessoas carecidas de tratamentos hospitalares. Pior ainda, são pessoas cuja dignidade humana não é devidamente acautelada e respeitada.

O Setor Social e Solidário já se vem mobilizando para ajudar a resolver todas essas situações. Para aqueles que vegetam nos hospitais foi idealizado o programa “Voltar a Casa”, que, espera-se, venha a ser adotado pelo Estado. Para estes que, pontualmente, têm alta hospitalar e não teriam alta social o sector Social e Solidário coopera para que todas essas pessoas encontrem condições humanas e dignas nas Estruturas Residenciais para Pessoas Idosas (ERPI) ou nos Lares Residenciais (LR).

RESPOSTA TEM COMO ALVO PESSOAS QUE PERMANECEM NOS HOSPITAIS POR QUESTÕES SOCIAIS

Governo e Sector Social Solidário de acordo para “resolver um problema complicado”

Apesar de ser um processo já em andamento, apenas no dia 2 de fevereiro foi publicada a Portaria (n.º 38-A/2023) que “estabelece os termos e condições em que é efetuada a articulação interinstitucional, para efeitos de referência e acompanhamento de pessoas que, por motivos sociais, permanecem internadas após a alta clínica, em hospital do Serviço Nacional de Saúde (SNS), através do recurso a um acolhimento temporário e transitório em resposta social”.

O acordo alcançado entre os ministérios da Saúde, do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social e as entidades do Sector Social Solidário vem sendo trabalhado há muito e, como referiu o presidente da CNIS, na sessão de apresentação do compromisso, que decorreu no Centro de Bem-Estar Social de Alcanena (CBESA), “vem resolver um problema complicado”, porque “há muitas pessoas que vegetam nos hospitais”.

O padre Lino Maia lembrou que a questão “foi profundamente estudada”, primeiro com “o levantamento das necessidades, ainda antes da pandemia”, sublinhando que “um efeito positivo da pandemia foi ter aproximado a Saúde da Segurança Social”.

“Esta acordo que agora apresentamos é um dos bons sinais disso mesmo”, frisou o líder da CNIS, lembrando as vantagens da solução encontrada: “A dignidade destas pessoas que estão nos hospitais apenas por questões sociais não é respeitada, para além de que estão a ocupar camas, impedindo os cuidados a outras pessoas que necessitem. Outra vantagem para o Estado é que uma pessoa numa instituição custa tanto como estando três dias no hospital. O Sector Social Solidário também está a beneficiar, mas está a minorar custos à Saúde”.

Para o padre Lino Maia, “Esta é uma boa resposta para muitas pessoas que veem a sua dignidade posta em causa”.

Por outro lado, o presidente da CNIS considerou que “o processo de aproximação da Saúde à Segurança Social, que começou com a pandemia, é virtuoso, mas não pode ser virtuoso de mais, pois pode tornar-se fanático”.

Afirmando a disponibilidade das instituições sociais, dando “o bom exemplo” do CBESA, “que vai aumentar a capacidade em ERPI para poder acolher mais pessoas”, o presidente da CNIS afirmou: “Quero garantir que o Sector Social Solidário está sempre na solução dos problemas e nunca no agravamento das situações”.

O ministro da Saúde reforçou a ideia de ter sido criada uma “resposta virtuosa”, “uma resposta muito importante a um problema do país e das pessoas”.

Também para Manuel Pizarro, “a dignidade das pessoas é o tema central desta resposta, mas quero lembrar duas razões de saúde que suportam esta solução: os hospitais são bons



para ir, e a pessoa tratar-se, mas muito maus para se ficar!”.

Por outro lado, também o governante manifestou a sua “satisfação” pela “articulação do Ministério da Saúde com o Sector Social Solidário e o Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social”, recordando outras iniciativas, como os Balcões SNS nas instituições sociais ou a resposta de um médico na linha SNS24 para apoio às IPSS, e avançando com uma visão de futuro: “Temos que continuar a casar as respostas sociais com as respostas de saúde”.

“A rede está a funcionar e, agora, vamos vendo como pode evoluir”, sustentou o ministro da Saúde, defendendo que “é preciso saber melhor as razões para estas situações, que se prendem

com razões sociais ligadas à pobreza”.

A terminar, Manuel Pizarro deixou um elogio à resposta criada para as pessoas que por razões sociais permanecem internadas nos hospitais do SNS, por “criar aconchego a essas pessoas, seja para a recuperação, seja para permanecer num local com dignidade”.

Ana Mendes Godinho sublinhou esta questão, deixando uma palavra a quem esteve no esforço para encontrar a resposta.

“Foi a grande capacidade trabalho em conjunto que possibilitou dar mais dignidade às pessoas”, afirmou a ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, lembrando que “isto não foi fácil”.

“As aprendizagens da pandemia ficaram para sempre e mostraram que temos que reinventar



as respostas”, recordou, deixando um desafio: “Não podemos ter capelinhas para cuidar das pessoas. Este acordo é a esperança de ser mais um passo na integração das respostas entre a Saúde e a Segurança Social”.

Dos estudos feitos, o Ministério da Saúde dizia necessitar de cerca de 700 vagas, tendo, até ao momento, as associadas da CNIS mostrado disponibilidade para cerca de 400 vagas e as misericórdias 150, havendo ainda algumas de instituições associadas da União das Mutualidades e da Confecoop e não associadas de nenhuma das quatro organizações representativas do Sector Social Solidário.

Desde a pandemia, segundo uma nota conjunta dos dois ministérios, refere que “a articulação entre o SNS e a Segurança Social permitiu

dar resposta a cerca de 5.800 utentes que permaneciam internados nos hospitais do Serviço Nacional de Saúde por motivos sociais” e que “durante o mês de janeiro deste ano, a rede de vagas acolheu 155 utentes, libertando o correspondente número de vagas nos hospitais”.

A portaria foi assinada pelos ministérios da Saúde e do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social e visa reforçar a articulação entre os dois sectores para dar resposta aos utentes que permanecem internados nos hospitais por não terem condições de autonomia ou rede de suporte familiar, possibilitando o acolhimento em lar, seja a título temporário ou definitivo.

O diploma, assinado pelos secretários de Estado da Saúde e da Inclusão, Ricardo Mestre e Ana Sofia Antunes, respetivamente, marca uma

nova etapa na articulação entre os dois sectores para responder aos chamados “internamentos sociais”, reforçando a criação de respostas sociais de acolhimento temporário e transitório na rede de lares do Sector Social Solidário e do sector privado lucrativo.

Estas vagas contratualizadas na rede de ERPI (Estruturas Residenciais para Pessoas Idosas) e de Lares Residenciais configuram uma nova tipologia de resposta conjunta e destinam-se a acolher os utentes, maioritariamente idosos, que num primeiro momento, após internamento hospitalar, carecem de uma resposta residencial até à colocação em lar ou regresso ao domicílio.

PEDRO VASCO OLIVEIRA (TEXTO E FOTOS)



Dizem que não há lugar para todos. E o Santander, o que diz?

O Santander diz que é preciso fazer escolhas. E a nossa escolha é estar sempre ao lado de quem promove a inclusão. Por isso, escolhemos apoiar as IPSS que têm como missão oferecer oportunidades a quem mais precisa. Se tem projetos aprovados no âmbito dos programas públicos PRR e PARES, conte com o Santander para o adiantamento de incentivos ou financiamento complementar. Porque nós não somos apenas aquilo em que acreditamos. Somos o que fazemos com isso. **Somos as escolhas que fazemos.**

Para o ajudar a escolher a melhor solução, escreva para: economiasocial@santander.pt

Sujeito a aprovação do Banco.

Banco Santander Totta, S.A.

 **Santander**

PADRE LINO MAIA NA TOMADA DE POSSE DOS NOVOS ÓRGÃOS SOCIAIS

“Vamos dar as mãos, vamos ser CNIS”

No dia 14 de janeiro de 2023, a CNIS iniciou um novo capítulo na história que conta 42 anos, com a eleição e tomada de posse dos novos órgãos sociais para o quadriénio 2023-2026.

A equipa que compõem os novos órgãos sociais transita, em grande parte, do mandato anterior, mas há algumas mudanças e, acima de tudo, novos desafios para enfrentar.

Isso mesmo lembrou o Presidente da República na mensagem que enviou ao Congresso Eleitoral e que foi lida ao Congresso Eleitoral, que decorreu em Fátima, pelo presidente da Mesa da Assembleia Geral, José Carlos Batalha.

“Uma mensagem de agradecimento e saudação àqueles que agora terminam o mandato e aos que o iniciam, ou reiniciam”, começou por referir Marcelo Rebelo de Sousa, na missiva, sublinhando: “Olhando para esse passado, para o momento presente e para o futuro da Confederação, poderíamos dizer que o que perde agora em renovação, ganha em experiência e unanimidade, fatores de estabilidade tão importantes para enfrentar os desafios que se colocam à nossa sociedade, confrontada com os efeitos sociais e económicos de uma guerra em solo europeu, sem solução ou fim à vista”.

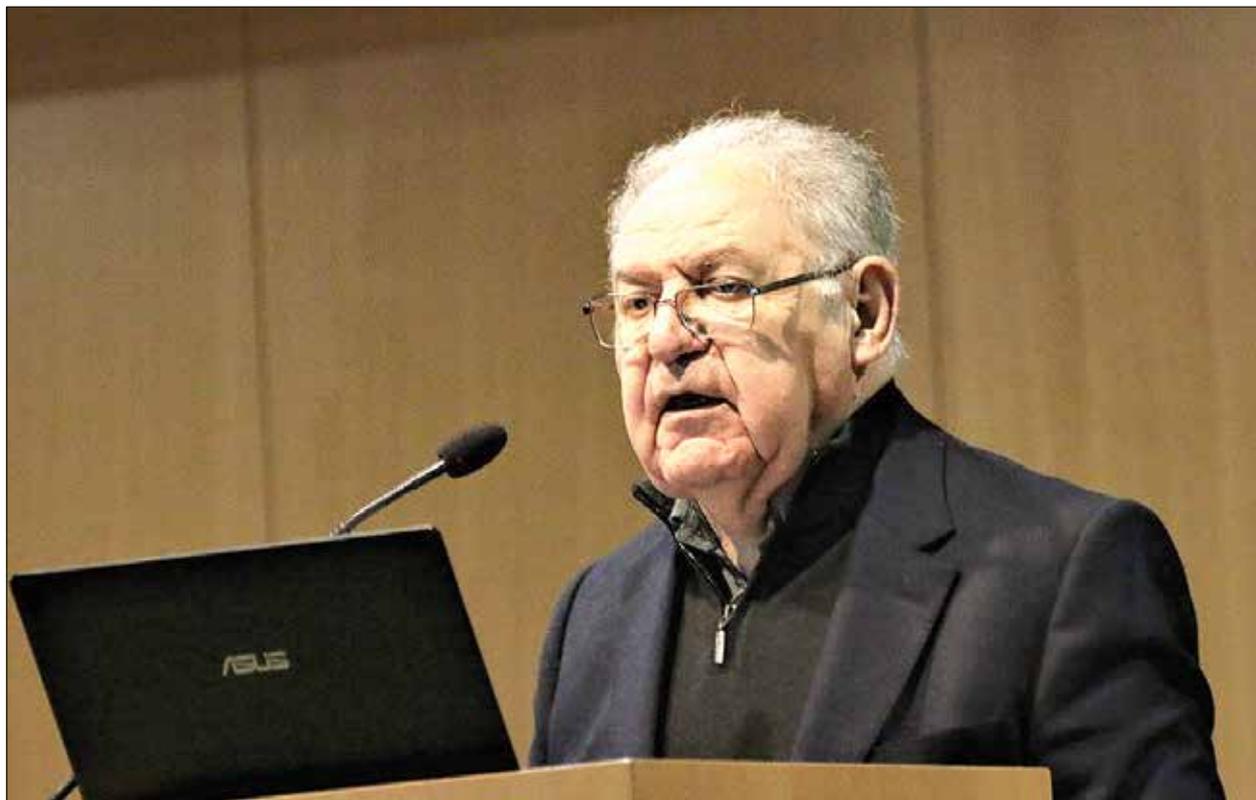
O Presidente da República lembrou ainda que “será nesse contexto um ano difícil para todos, mas sobretudo para aqueles a quem a CNIS, e os milhares de instituições de solidariedade social que representa, dirigem o seu trabalho”, terminando com um apelo aos dirigentes das IPSS: “Portugal conta com todos os dirigentes, técnicos, funcionários, voluntários do sector social para enfrentar os desafios que nos são colocados, cientes da vossa responsabilidade e entrega à causa da justiça e inclusão sociais”.

No seu discurso de tomada de posse como presidente da CNIS para o quadriénio 2023-2026, o padre Lino Maia também sublinhou que “os desafios são grandes, mas vale a pena enfrentar estes desafios”, exortando as instituições a darem voz e rosto ao excelente trabalho das IPSS.

“Estou cansado de ouvir notícias do que é mau, temos que dar boas notícias. Os estudos confirmam que, desde 2017, vêm diminuindo as instituições com défice, fruto da aposta na formação. Vós fazeis coisas maravilhosas e temos que dar rosto e voz às coisas boas que fazemos”, afirmou o padre Lino Maia, terminando com um apelo à união: “Vamos dar as mãos, vamos ser CNIS!”.

Antes, na sua intervenção, o padre Lino Maia referiu-se a diversos aspetos da vida da Confederação, realçando, por exemplo, a importância da cooperação e a necessidade de ela evoluir.

“Do lado do Sector Social Solidário formamos mesmo uma equipa. São quatro entidades que funcionam como se fosse uma só”, começou por dizer, acrescentando: “É importante que vejamos a cooperação como um triângulo, entre as IPSS, o Estado Central e as Autarquias. Temos de dar as mãos e, assim, poderemos prestar um



melhor serviço. É preciso que encaremos este triângulo a sério, porque as autarquias também existem pelas pessoas e, por isso, temos de olhá-las como parceiras, como elas nos olham a nós e tudo pelas pessoas”.

O líder da CNIS deixou também uma palavra aos trabalhadores, na figura dos seus representantes sindicais, lembrando que “o Sector Social Solidário é o sector onde há mais paz social”.

“Apesar de sabermos que pagamos mal aos trabalhadores, podem contar com a nossa lealdade e dedicação e nós com a vossa compreensão”, sustentou.





Afirmando a importância do “diálogo e abertura” aos partidos políticos e “dos partidos ao Sector”, o padre Lino Maia defendeu ainda de que “é importante chamar atenção o sector empresarial para a sua responsabilidade social”.

Por outro lado, ainda na sua abordagem do relacionamento do Sector Social Solidário, em geral, e da CNIS, em particular com a sociedade, o presidente da CNIS alertou para uma realidade crescente e que necessita da ajuda de quem está no terreno há muito mais tempo.

“Muitas das instituições que atuam na área social vêm de grupos espontâneos e informais. Provavelmente, teremos que olhar mais para estes grupos espontâneos, sejam da igreja ou não. Estes grupos precisam de know how, de experiência e da força da CNIS. Por isso, vamos apoiar estes grupos”, apelou.

Por outro lado, o presidente da CNIS reforçou a ideia que vem afirmando há muito de que “é importante que a proteção social conste da Constituição”, considerando que “na revisão da Constituição é importante que seja assegurado o direito à proteção social como direito universal”.

Para o padre Lino Maia, “a CNIS tem uma obrigação de prestar muita atenção à proteção social”, asseverando: “Isto é um mandato. Não é só erguer as mãos, é estender as mãos ao próximo”.

E para que esse mandato possa ser melhor exercido, o líder da Confederação, dirigindo-se à ministra Ana Mendes Godinho, lembrou que “as três federações, e ainda a FITI, e as 18 Uniões Regionais e Distritais que integram a CNIS” necessitam de apoio para cumprirem a sua missão.

“É importante olhar para o apoio às uniões, porque só as quotas não chegam. Há um desequilíbrio e temos que olhar para isto”, frisou.

O presidente da CNIS não terminou sem se referir à “importância do Pacto de Cooperação para a Solidariedade Social”, assinado em dezembro de 2021, o qual “abre o horizonte na

cooperação”, com destaque para o compromisso do Estado “com a sustentabilidade das instituições”.

A primeira palavra do reeleito presidente da Mesa da Assembleia Geral, José Carlos Batalha, foi dirigida “a todas as instituições, sem exceção, a todos os seus profissionais e voluntários e a todos os seus dirigentes que assumiram ser construtores, obreiros do Sector Social Solidário, desta rede de apoio de proximidade, que de forma solidária, está ao serviço da comunidade, sobretudo dos mais carenciados, dos que ficam na margem da sociedade”.

E depois de uma “palavra de reconhecimento a todos aqueles que terminam os seus mandatos nos órgãos sociais”, José Carlos Batalha agradeceu a presença da ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social.

“Interpretamo-la como reconhecimento do papel insubstituível que as IPSS têm como pilar estruturante do modelo português de Estado Social”, mas também “como a afirmação da confiança do Estado neste Sector, nesta nossa Confederação, na sua liderança e testemunho da necessidade de manutenção do quadro de são relacionamento, respeitador da autonomia e da identidade das nossas instituições”.

A terminar, José Carlos Batalha reafirmou ser necessário que “o poder político saiba ou seja capaz de gerar espírito de motivação a quem está no terreno e o conhece profundamente, a quem olha nos olhos os problemas desta sociedade”.

Lembrando o fundamento constitucional para a existência do Sector Social Solidário, o líder da Assembleia Geral da CNIS defendeu que “nenhum poder, central ou autárquico, estará legitimado para enfraquecer ou obstaculizar, para reduzir, asfixiar ou controlar esta expressão organizada da nossa responsabilidade social”.

“Ao invés, entendemos e reafirmamos que competirá ao Estado reconhecer, valorizar, respeitar e apoiar esta rede de serviço público, de serviço à sociedade, em parceria e em cooperação”, rematou.

Por seu turno, a ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social começou por dizer que “as IPSS têm sido umas parceiras notáveis”, lembrando o combate à Covid-19.

“A pandemia mostrou-nos que ninguém se salva sozinho, que podemos fazer melhor e que devemos acelerar o investimento social”, sustentou, Ana Mendes Godinho, acrescentando: “E levou-nos também a quebrar barreiras nas nossas relações de trabalho”.

Considerando o dia de tomada de posse de “simbólico” e “um dia especial dos valores”, a ministra deu voz ao seu “reconhecimento profundo pela capacidade de trabalho das IPSS, mas também pelos resultados”, recordando que “houve uma grande absorção de emprego pelo Sector Social Solidário durante a pandemia” e “uma grande capacidade de trabalho articulado”.

Lançando um olhar ao futuro, Ana Mendes Godinho considerou que é necessário “mobilizar recursos em conjunto para enfrentar os novos desafios, que são muitos”.

Por outro lado, a ministra defendeu que o Governo “reforça o sentido de compromisso para melhor servir as pessoas” e lembrou que o Pacto de Cooperação para a Solidariedade Social reafirma a divisão equitativa de custos entre o Estado e o Sector Social Solidário, “mas também avança no sentido da criação de novas respostas”.

“Responder às pessoas é personalizar as respostas e este é o grande desafio do futuro”, defendeu Ana Mendes Godinho, que terminou, resumindo a sua intervenção a três ideias centrais: “Reconhecimento. Compromisso. Coragem”.

O ato eleitoral, que decorreu no Centro Pastoral Paulo VI, em Fátima, decorreu durante toda a manhã, tendo exercido o seu direito de voto 115 IPSS associadas. Contados os votos, foram apurados 108 a favor, seis em branco e um voto nulo.



CASES – COOPERATIVA ANTÓNIO SÉRGIO PARA A ECONOMIA SOCIAL

Inscrições para o curso de Gestão de Projetos encerram dia 16 de fevereiro

A CASES – Cooperativa António Sérgio para a Economia Social promove duas formações na área da Gestão de Projetos em Organizações da Economia Social, cujas inscrições estão abertas até dia 16 de fevereiro.

Trata-se de uma formação à distância (Microsoft Teams), com duração de 50 horas, repartidas por 17 sessões.

Assim, a primeira ação de formação decorrerá de 7 de março a 21 de abril, ao passo que a segunda ação de formação será de 9 de maio a 23 de junho.

A inscrição e a participação no curso de Gestão de Projetos em Organizações da Economia Social não têm custos associados e as inscrições podem ser realizadas através do

envio do formulário de inscrição e do currículo individual para o endereço de correio eletrónico formacao@cases.pt.

Como objetivos gerais, o curso pretende melhorar os procedimentos de gestão e administração das organizações da economia social; desenvolver e promover competências de gestão dos seus técnicos e dirigentes para a otimização dos recursos humanos, técnicos e financeiros; desenvolver e promover competências específicas de gestão de projetos em organizações da economia social; dotar as organizações de conhecimentos específicos e de ferramentas de trabalho que lhes permitam aumentar a qualidade dos serviços prestados.

Como objetivos específicos, os formandos,

no final do curso, deverão estar aptos a: promover uma gestão sustentável da organização e a otimização/partilha de recursos; aplicar os fundamentos da gestão de projetos na ótica da melhoria de procedimentos de gestão e administração; planear e implementar projetos em organizações da economia social; realizar o acompanhamento da execução de um projeto; realizar a prestação de contas e a avaliação da execução de um projeto; aplicar metodologias e ferramentas de gestão de projetos.

O curso de Gestão de Projetos em Organizações da Economia Social tem como destinatários os dirigentes, técnicos e voluntários de entidades da economia social.

ESPAÇO T, PORTO

Projetos «Casa do Mundo» e «Brigadas Espaço t» distinguidos pela CESPAs e CASES

O Espaço t continua a recolher distinções fruto do intenso trabalho social que desenvolve.

Assim, a instituição do Porto foi distinguida com o Prémio ao Valor Social 2022 atribuído pela Fundação Cepsa, com o projeto «Casa do Mundo - Porto Intercultural».

A instituição vê assim reconhecido o trabalho que desenvolve junto dos seus públicos, em especial imigrantes e refugiados.

Por outro lado, o projeto «Brigadas Espaço t» foi o grande vencedor do Prémio

Cooperação e Solidariedade António Sérgio, na categoria de Inovação e Sustentabilidade.

O projeto «Brigadas Espaço t», financiado pela Fundação Belmiro de Azevedo, levou, de julho de 2021 a agosto de 2022, ateliês artísticos e lúdico-terapêuticos (artes plásticas, teatro, canto, musicoterapia, ioga e Tai Chi) a cerca de 50 lares e centros de dia dos concelhos do Porto, Matosinhos e Maia, como forma de inclusão e diminuição do isolamento.

Os resultados e o impacto do primeiro

ano do projeto foram muito bons, tal como apurou a avaliação de impacto feita pela empresa Stone Soup, que permitiu não só manter a confiança e o apoio financeiro da Fundação Belmiro de Azevedo, como obter outra fonte de financiamento, «A Missão Continente», para o segundo ano do projeto (setembro de 2022 a agosto de 2023), alargando e escalando o projeto de 50 para 75 lares de idosos e centros de dia e abrangendo mais um concelho, o de Vila Nova de Gaia.

INICIATIVA FOI APRESENTADA EM ARCOS DE VALDEVEZ

Balcões SNS 24 chegam aos lares de idosos e às Unidades de Cuidados Continuados

No passado dia 19 de janeiro, foi inaugurado em Arcos de Valdevez o primeiro balcão SNS 24 dirigido a idosos e pessoas em situação de dependência, dando início ao projeto de alargamento desta funcionalidade às instituições do Sector Social Solidário.

Este é um projeto conjunto dos ministérios da Saúde e do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social que será aplicado de forma faseada e progressiva.

Numa primeira fase, os balcões SNS 24 serão instalados nos lares de idosos e nas unidades da Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados (RNCCI) que pertençam às áreas de influência de Unidades Locais de Saúde, prevenindo-se o alargamento às restantes respostas sociais numa fase posterior.

Na cerimónia em Arcos de Valdevez, a secretária de Estado da Inclusão, Ana Sofia Antunes, explicou que o objetivo é “evitar que as pessoas tenham desnecessariamente de se deslocar aos centros de saúde ou mesmo aos hospitais por razões mais administrativas”, como pedir uma receita, uma prescrição de um exame ou para tratar alguma questão administrativa.

Com esta funcionalidade, a avaliação do médico pode ser feita através de uma consulta online, evitando “uma deslocação que é incómoda e difícil para a pessoa muitas vezes em situação de dependência”.

Ao mesmo tempo, o contacto feito a partir do local em que a pessoa idosa vive minimiza o risco acrescido de infeção hospitalar num contexto de fragilidade, contribuindo ainda para promover o

uso adequado dos serviços de urgência.

Ana Sofia Antunes revelou que o objetivo é abranger todas as Estruturas Residenciais Para Idosos, que são cerca de 3.000 no país, os Lares Residenciais (cerca de 300) e todas as Unidades de Cuidados Continuados Integrados (cerca de 700).

“A ideia é chegarmos a todos, mas a adesão é voluntária”, sublinhou a governante.

A abertura do primeiro Balcão SNS 24 decorreu no Centro Social Integrado da Santa Casa da Misericórdia de Arcos de Valdevez

Na cerimónia, foi assinado o protocolo de colaboração com as entidades do Sector Social Solidário envolvidas neste projeto: CNIS, União das Misericórdias Portuguesas, União das Mutualidades Portuguesas e Confecoop.

QUADRIÊNIO 2023-2026

UDIPSS de Aveiro, Setúbal e Portalegre reconduzem presidentes para novo mandato

No virar de novo ano, diversas Uniões que compõem a CNIS realizaram atos eleitorais, elegendo nos órgãos sociais. Nos casos das UDIPSS Aveiro, Setúbal e Portalegre os presidentes da Direção foram todos reeleitos para o quadriênio 2023-2026.

No passado dia 30 de janeiro, em Aveiro, Carlos Lacerda Pais renovou o mandato à frente da União Distrital, contando nos demais órgãos sociais com os seguintes elementos:

Mesa da Assembleia Geral

Presidente - João Carlos Maia Marques (Florinhas do Vouga); Secretário - Alberto Oliveira Malta (CASTIIS - Centro de Assistência Social à Terceira Idade e Infância de Sanguedo); Secretária - Luísa Maria de Almeida Gonçalves (Centro Social Cultural e Recreativo da Freguesia de Avelãs de Cima).

Conselho Fiscal

Presidente - Luís Fernando Leal Duarte de Oliveira (Associação de Solidariedade Social de Alquerubim); Vogal - Isabel Maria Rocha Fernandes (Centro Social e Paroquial de Calvão); Vogal - Hélder José Vidinha Tomás (Fundação Creche Helena Albuquerque Quadros); Vogal suplente - Maria Dorinda Nunes Maio Capela (Centro Comunitário da Paróquia de S. Pedro de Aradas).

Direção

Presidente - Carlos Alberto Lacerda Pais (Centro Comunitário da Vera Cruz); Vice-presidente - Mário Alexandre Figueiredo Ribeiro (LAAC - Liga dos Amigos de Aguada de Cima); Secretário - Mário dos Santos Martins Júnior (Comissão de Apoio e Desenvolvimento de Santa Catarina); Tesoureiro - Dario da Rocha Martins (Centro Social e Paroquial de Santo António); Vogal - José Maria Bastos Soares (Creche Albino Dias Fontes Garcia)

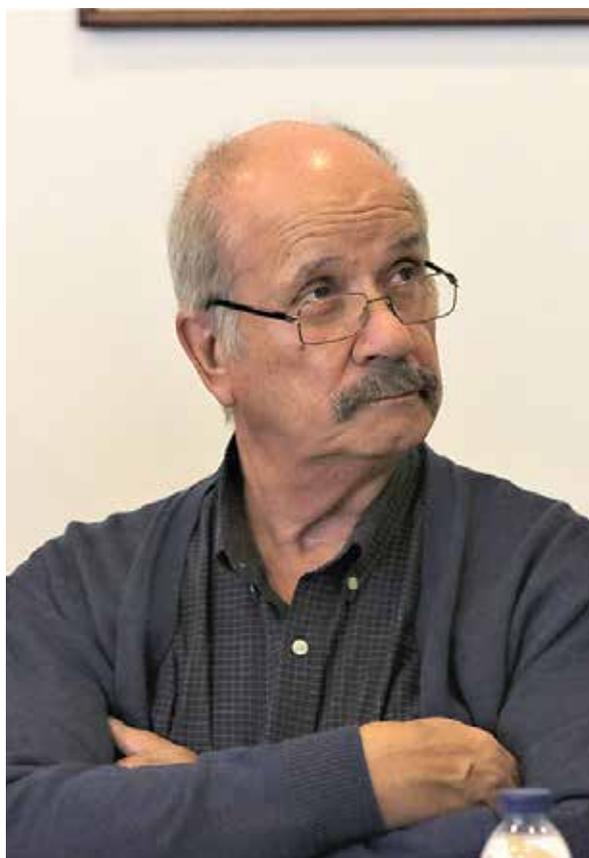
UDIPSS SETÚBAL

Também em Setúbal a UDIPSS foi a votos, mantendo-se à frente da Direção Fernando Sousa. A tomada de posse dos novos órgãos sociais da UDIPSS de Setúbal aconteceu no primeiro dia de fevereiro, no Auditório Mercado do Livramento, em Setúbal, tendo testemunhado o ato Pedro Pina, vereador da Câmara Municipal de Setúbal, Luísa Malhó, diretora do Centro Distrital de Setúbal do ISS, e Gil Tavares, membro da direção da CNIS e presidente da UDIPSS de Coimbra.

Os novos órgãos sociais são compostos por:

Mesa Assembleia Geral

Presidente - Carlos Marques Taleço (Fundação COI, Palmela); 1.º Secretário



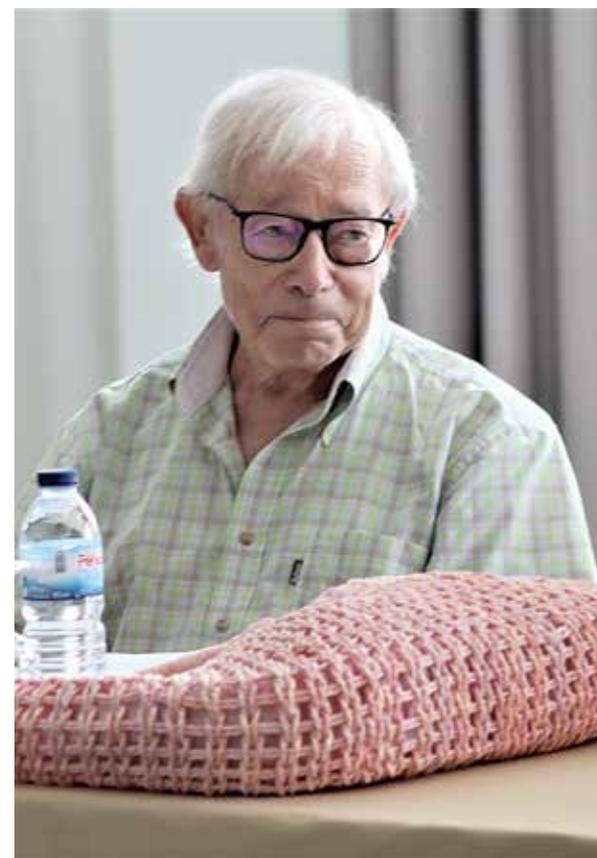
- Manuel Pires Andrade Pereira (Centro Assistência Paroquial Amora, Seixal); 2.º Secretário - João António Santos Ribeiros (Associação Unitária Reformados, Pensionistas e Idosos de Corroios, Seixal); 1.º suplente - Carlos Manuel Barateiro de Sousa (Centro Social de Palmela, Setúbal).

Conselho Fiscal

Presidente - Pastor José da Silveira Salvador (Fundação Robert Kalley, Palmela); Vogal - António Paulo Correia Silva (Cáritas Diocesana Setúbal); Vogal - António Joaquim (União das Associações de Reformados, Pensionistas e Idosos do Concelho do Seixal); 1.º Suplente - António Luís Barreiros Silva Braz (Cáritas Paroquial de Sines); 2.º Suplente - Veríssimo Marçano (Associação Unitária Reformados, Pensionistas e Idosos do Concelho de Alcácer do Sal).

Direção

Presidente - Fernando Júlio Silva e Sousa (Associação de Reformados e Idosos da Freguesia da Amora, Seixal); Vice-presidente - António Albino Alpendre dos Santos Sousa (Centro Social de Quinta Anjo, Palmela); Tesoureiro - Inácio de Jesus Graça (Associação Unitária Reformados, Pensionistas e Idosos de Miratejo, Seixal); Secretário - Guilherme José de Abreu Bettencourt (Centro Jovem Tejo, Palmela); Vogal - Abel João Francisco Valadão (Centro Comunitário da Quinta do Conde, Sesimbra);



1.º suplente - José Domingos Trindade da Costa (Associação de Desenvolvimento do Torrão, Alcácer do Sal); 2.º suplente - Paulo Alexandre Alves Machado (Centro Social São Brás do Samouco, Alcochete);

UDIPSS PORTALEGRE

Já mais a sul, em Portalegre, João Carlos Laranjo também foi reeleito para um segundo mandato como presidente da União Distrital das IPSS.

O aumento das despesas com energia, combustíveis, alimentação e dos salários faz o reeleito presidente reivindicar uma atualização dos acordos de cooperação com base no valor da inflação.

No futuro, a UDIPSS Portalegre vai unir esforço com as vizinhas Uniões de Évora e de Beja, uma vez que os problemas são semelhantes e, assim, o território ganha escala e, através da CNIS, melhor reivindicar junto do Governo resposta para os problemas e assegurar a qualidade dos serviços prestados nas diversas respostas sociais.

Por outro lado, João Carlos Laranjo quer apostar na formação dos trabalhadores das ERPI e defende uma intervenção no edifício para dar resposta às necessidades dos futuros utentes.

A tomada de posse dos Órgãos Sociais da UDIPSS para o quadriênio 2023-2026 decorreu no Lar dos Amigos da Terceira Idade dos Fortios.

PENSÃO DE VELHICE POR DEFICIÊNCIA

Governo aprova antecipação da idade

O Governo aprovou o decreto-lei que regulamenta o regime de antecipação da pensão de velhice por deficiência, definindo “os respetivos termos e condições de acesso”, segundo o comunicado do Conselho de Ministros.

“Foi aprovado o decreto-lei que procede à regulamentação do regime de antecipação da idade de pensão de velhice por deficiência, estabelecendo os respetivos termos e condições de acesso”, lê-se na nota divulgada pelo executivo.

Segundo o Governo, “é assim criado um regime de proteção social mais favorável para as pessoas com deficiência que constituíram a totalidade ou uma parte significativa da sua carreira contributiva através do exercício de atividade profissional enquanto detinham um elevado grau de incapacidade”.

No comunicado explica-se ainda que “o acesso antecipado à pensão de velhice visa atender às situações em que a manutenção



da atividade profissional pode ter impacto negativo nas condições de saúde das pessoas com deficiência, não compensando de um ponto de vista subjetivo os benefícios sociais, económicos e de formação de direitos contributivos decorrentes da manutenção

no mercado de trabalho”.

A lei que antecipa a idade de pensão de velhice para pessoas com incapacidade de 80% ou mais foi publicada no início do ano passado.

Resultante de uma proposta legislativa de substituição do PS a projetos do BE, PCP, PEV e PAN, a lei cria um regime de antecipação da idade de pensão de velhice por deficiência para as pessoas que, cumulativamente, tenham idade igual ou superior a 60 anos, deficiência a que esteja associado um grau de incapacidade igual ou superior a 80% e pelo menos 15 anos de carreira contributiva constituída com a situação de deficiência e grau de incapacidade igual ou superior a 80%.

“Ao cálculo do montante de pensão atribuída não é aplicável o fator de sustentabilidade, nem a penalização [de 0,5% por cada mês ou 6% por ano] por antecipação da idade normal de reforma”, lê-se na lei publicada em Diário da República.

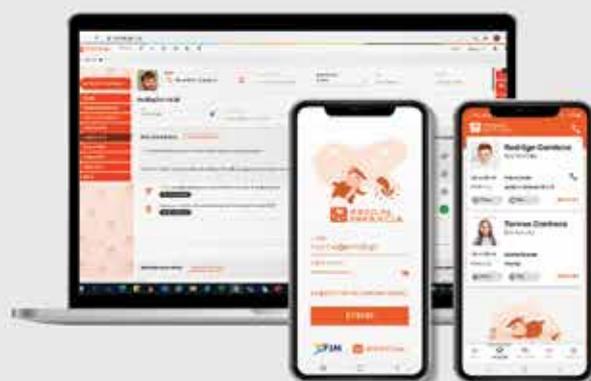


INOVAÇÃO | TECNOLOGIA | CIBERSEGURANÇA
DESMATERIALIZAÇÃO | FORMAÇÃO CERTIFICADA



F3M Analytics

Mais e melhores análises de gestão pensadas para apoiar os decisores na tomada de decisão.



eSOCIAL INFÂNCIA

Plataforma 100% WEB, ajustada às necessidades específicas dos processos individuais de utentes da área da infância.



MpDS Wounds

Instrumento de captação, identificação, caracterização e acompanhamento de úlceras de pressão e outras feridas.

INSTITUIÇÕES MAIS EFICIENTES
E PRÓXIMAS DOS UTENTES.

www.f3m.pt



LINO MAIA, ELEITO PELA SEXTA VEZ PRESIDENTE DA CNIS

“Este é mesmo o meu último mandato”

O padre Lino Maia acaba de ser eleito para o sexto mandato consecutivo à frente da Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade. Se cumprir o mandato até ao fim ultrapassará o período de 20 anos a liderar a CNIS, o maior de sempre desde que foi fundada esta antiga União (UDIPSS) e agora Confederação de IPSS.

A explicação que Lino Maia dá para tão alargada liderança parece simples. As pressões sistemáticas e oriundas de diferentes e importantes sectores com que a CNIS se relaciona, desde a Igreja ao Estado, passando pelos parceiros sociais e instituições, foram sempre decisivas mesmo quando a decisão pessoal ia no sentido contrário.

Em 2006, então com 58 anos, o padre Lino Maia era o presidente da União Distrital das Instituições Particulares de Solidariedade Social do Porto e membro do Conselho Diretivo Nacional da CNIS. Com uma diferença de 90 votos a lista liderada por ele, foi a vencedora do II Congresso da CNIS, ganhando à lista encabeçada pelo Cónego Francisco Crespo, que na altura presidia à Confederação.

“Em janeiro de 2006 por voto do Conselho Geral eu encabeci uma lista, e fui candidato pela primeira vez, com base em pessoas que pertenciam já aos órgãos sociais da Confederação. Houve duas listas, alguma disputa mas, contrariando as minhas previsões, a lista a que eu pertencia ganhou com uma diferença significativa. Eu pensei que seriam três anos e a minha missão estaria concluída. Quando esse mandato terminou, por culpa minha que não fiz a pressão que deveria ter feito para não continuar, aceitei ir a eleições. Admitia que o grupo que integrava deveria continuar a missão e esse grupo fazia questão que fosse eu a liderar.”

Em 2009 o IV Congresso voltou a ter duas listas. O padre Carlos Gonçalves era o primeiro subscritor e depois de ouvir os números da derrota (35,6 por cento dos votos) sentou-se à mesa do Congresso e abraçou o vencedor. “Em 2009 houve outra lista concorrente e voltamos a vencer para mais um mandato de três anos. Eram seis anos. Eu pensava que a missão estava concluída. Houve pressão para continuar, repetiu-se o que tinha acontecido e eu voltei a ceder.”

De facto, em 2012 voltou a repetir-se o cenário. A oposição, desta feita era liderada pelo padre Arsénio Isidoro. As eleições registaram a maior participação de sempre: a lista A recolheu 597, enquanto a Lista B 350, tendo ainda sido registados dois votos nulos e cinco em branco. “Se fosse uma derrota teria sido pessoal, mas esta é uma vitória das instituições”, afirmou o reeleito presidente da CNIS, assim que os resultados foram conhecidos. “Houve mais uma vez duas listas a concorrer: a institucional e a concorrente. Voltamos a ganhar e fiz mais um mandato. Ao todo eram nove anos de presidência da CNIS. Houve



alteração, entretanto, do decreto-lei que enquadra as IPSS e a duração dos mandatos foi alargada para quatro anos.”

Em 2015, pela primeira vez, Lino Maia não teve oposição. Dos 253 votos expressos, foram contabilizados 229 a favor, 17 votos contra, 6 abstenções e 1 voto nulo. “Em 2015, comigo a dizer que não me recandidatava, que deveria cessar funções, continuaram as pressões, continuei a aceitar como serviço e não como trono, digamos assim. E aceitava dizendo que era o último mandato. Houve uma só lista.”

Em 2019, do VII Congresso Eleitoral da CNIS saiu a recondução do padre Lino Maia na presidência da CNIS, numa eleição em que, mais uma vez, apenas uma lista foi a sufrágio tendo recolhido 210 votos, registando-se ainda 20 votos em branco e quatro votos nulos. “O mandato acabou em 2019 e repetiu-se o figurino. E voltei a aceitar dizendo que era mesmo para acabar. Aliás, até pensava não levar até ao fim o mandato, embora seja contra isso, pensava que não aguentaria. Aguentei-me os quatro anos. Eu não sou um mártir...eu gosto deste sector e acredito verdadeiramente nas virtudes e virtualidades do sector.”

Com a aproximação do fim do mandato, com as eleições à porta e sem movimentações de oposição voltou a erguer-se o coro de apoios para convencer Lino Maia a permanecer. “Em 2022 fiz saber que não queria continuar. Houve pressões, unanimidade no Conselho, unanimidade na direção e, com sacrifício da minha parte, mesmo gostando de servir aquilo em que acredito, voltei a aceitar.”

O ato eleitoral decorreu durante a manhã do dia 14 de janeiro de 2023 e a lista única candidata recolheu 108 votos, de um universo de 115 votantes, tendo-se ainda registado seis votos em branco e um nulo. “É o meu último mandato por várias razões: Desde logo os estatutos não permitem e a minha idade também não. É necessária a renovação. Eu nunca tive dificuldade nenhuma na constituição das equipas, mas compreendo que não haja muita gente disponível para liderar estes projetos. Todos os membros da direção são voluntários. Não há remunerações nos órgãos sociais da CNIS. As responsabilidades são muito grandes, as negociações são muito difíceis e as decisões não afetam apenas as mais de três mil associadas, mas todo o sector social solidário. É muito importante. A minha única coroa de glória é que todas as equipas que integrei sempre levaram os mandatos até ao fim e não houve nenhuma desistência, sempre houve uma união muito forte. Uma das razões porque este sector está pacificado é porque as equipas liderantes não entram em colapso nem em litígios. Há coesão, há serviço e essa é minha única coroa de glória. Eu tenho a sorte de ter para além dos dirigentes um grupo de assessores excepcional, reconhecidamente bom, tem uma equipa técnica de uma dedicação e competência extraordinária e ter também serviços na CNIS espantosamente profissionais. Ninguém acredita que a CNIS tem uma estrutura tão pequena para um tão grande serviço.

Agora é mesmo o último mandato.”

V.M. PINTO (TEXTO E FOTOS)

LINO MAIA, PRESIDENTE DA CNIS

10 grandes temas para o

1 - ADENDA AO ACORDO DE COOPERAÇÃO E ATUALIZAÇÕES

“Quando em dezembro passado assinei a Adenda, dizendo que parecia uma prenda do Pai Natal, logo afirmei que iria ser preciso o folgar da Páscoa e talvez que os Santos Populares tragam mais qualquer coisa para estas instituições. Vai ser necessário. Não está ainda nada previsto. Neste momento, estamos sem Compromisso de Cooperação 2023-24, aplicando-se o de 2021-22, mas vamos precisar de mais apoios, não podemos descurar a sustentabilidade das instituições.

Quando assino um documento nunca direi que o assinei contra a minha vontade. Posso não estar totalmente confortado com aquilo que assino, mas nunca ninguém ouvirá dizer-me que fui pressionado ou contrariado e, portanto, assumo integralmente aquilo que assino. As negociações são sempre muito morosas e difíceis. Esta Adenda que eu assinei, e por isso defendo, foi muito complicada. Eu gostaria que a atualização dos acordos fosse olhando à inflação e às dificuldades das instituições, no que à sustentabilidade diz respeito; olhando à necessidade de apostar na justiça dos trabalhadores das IPSS; olhando à necessidade de aumento do salário mínimo e, de resto, de todos os salários que são de facto baixos; eu queria bem que tivesse sido mais do que os 5 por cento de atualização. No entanto, compreendi que assim fosse e, por isso, assinei. A antecipação (em 4,2 por cento desses 5 por cento de atualização) resolveu problemas de muitas instituições que tinham que pagar 13^o mês, tinham dívidas e, portanto, foi, diria, uma espécie de Pai Natal que apareceu para resolver problemas. Mas o facto é que este ano as instituições só terão um aumento de 0,8 por cento, o que é muito baixo. Assim como a antecipação para dezembro do apoio extraordinário previsto para 2023 foi bom, porque deu facilidade de tesouraria, mas este ano as dificuldades vão ser enormes.

É há um problema na Adenda que eu não sei como vai ser resolvido. Não está muito clara a situação das amas das creches familiares. É uma questão por resolver. Numa leitura literal do que vem na Adenda isso traz problemas às instituições. Em devido tempo, a CNIS fez saber junto do Governo e disso deu conhecimento às suas associadas, do perigo que ali estava subjacente ao texto. Pedíamos que houvesse esclarecimento para podermos aplicar o que está na Adenda, o que ainda não aconteceu. Suspeito que não vamos ter uma boa solução. O que está no documento não é exequível. O respeito da justiça para com as amas não pode provocar outras injustiças. Há instituições que têm creches familiares e querem continuar, mas se tiverem de cumprir o que está na Adenda penso que irão abandonar.”

2 - SUSTENTABILIDADE DAS IPSS

“Este sector tem que privilegiar sempre os mais carenciados. Podia haver a tentação, para resolver a sustentabilidade, de se começar a considerar a possibilidade de admitir nas IPSS aqueles que podem participar melhor. Claro que

essas pessoas podem ser atendidas nas IPSS, mas nunca tirando lugar aos que mais precisam e não podem participar suficientemente. Há passos a dar. A questão de gestão é fundamental. Temos ótimos gestores nas instituições, mas temos de contribuir para a formação de mais gestores. Nós não somos empresas. Quando há aumento do ordenado mínimo ou aumento das matérias-primas e fatores de produção as empresas encarecem aquilo que põem no mercado. Nós não podemos fazer o mesmo. A questão da gestão tem de continuar a ser muito cuidada. Há mais dois passos a dar. Um dos quais é meu desiderato neste mandato: insistir mais na responsabilidade social das empresas. A comunidade e as empresas têm de contribuir mais para este sector que está ao serviço das comunidades e é uma almofada social muito importante, contribui para a paz social e, por isso, tem de ser apoiado. Há um outro passo que estamos a negociar que é o de chamarmos as autarquias para este sector. Autarquias e IPSS são realidade de proximidade. Muitas vezes as autarquias confrontam-se com realidades para as quais não têm resposta e as instituições de solidariedade estão apetrechadas para os resolver. Julgo que se pode articular uma cooperação entre as autarquias e IPSS, respondendo às necessidades do meio e ajudando desse modo à sustentabilidade das IPSS. Temos já este trabalho iniciado com a Associação Nacional de Municípios Portugueses e terá de haver neste mandato algo que se veja no terreno.”

3 - PACTO DE COOPERAÇÃO

“Poderia dizer que o Pacto de Cooperação foi uma luta que enfrentámos. Conseguimos que o Pacto consagrasse o dever de o Estado participar, em média, 50 por cento dos custos das instituições e esse objetivo deveria ser alcançado durante uma legislatura. Ficou escrito que a validade do que assinámos é de 10 anos, sendo revisto ao fim desse período. Há quem pense que se ele é válido por 10 anos, então, o compromisso do Estado na participação dos 50 por cento poderá ser faseado ao longo dessa década. O espírito das negociações não foi esse, mas sim o fim da legislatura. Estava-se no primeiro ano, foi, entretanto, dissolvido o parlamento e começou outra legislatura com o mesmo primeiro-ministro, mas há quem interprete que sendo outra a legislatura o tempo começa agora a contar. Ora, se houver uma interrupção deste ciclo político haverá quem diga que a contagem volta ao zero, diferindo sempre o cumprimento do Pacto. Eu quero acreditar que, no espírito de quem assinou o importante documento, o prazo é de quatro anos. Há apenas uma questão que vem baralhar um bocado as nossas projeções. A questão da inflação. Mas, até que a voz me doa, vou exigir que seja cumprido o que vem no Pacto de Cooperação.”

4 - REVISÃO CONSTITUCIONAL E AS IPSS

“A autonomia e a identidade das instituições são muito importantes e devem ser acauteladas. A



autonomia não tem sido respeitada e automaticamente a identidade também não. A Constituição Portuguesa consagra dois direitos sociais muito importantes onde não deve haver recuo: o direito à saúde e à escola. Mas falta, em nosso entender, mais um: o direito à proteção social. Há quem diga que está lá a defesa da Segurança Social, mas não é sinónimo de proteção social. Temos um país muito envelhecido com uma esperança de vida que tem vindo a aumentar sem a desejada qualidade de vida. Há menos pessoas a contribuir para a riqueza do país, mas o Estado não pode esquecer que se existe é para que os carenciados e fragilizados sejam protegidos. Não tem de ser o Estado a possuir e a gerir os equipamentos, mas tem de reconhecer e criar condições para que o Sector Social Solidário o faça em condições de dignidade. Eu gostava que a Constituição continuasse a proteger a escola pública e o serviço nacional de saúde, mas também deve incluir o direito universal da proteção social.”

5 - CONCERTAÇÃO SOCIAL

“A Concertação Social está manca. A economia lucrativa está lá, o mundo sindical está lá, mas falta o Sector Social Solidário. Quando se discutem as atualizações salariais, aumento de salário mínimo, é evidente que há uma desconsideração pelo sector que representamos. Depois tenta-se remendar e sai sempre mal. Eu não defendo que seja a CNIS,

os próximos quatro anos



“digo que é importante que o Sector Social Solidário esteja na Concertação Social. Até porque lhe daria algum equilíbrio. É um sector com um ‘patronato’ especial. São pessoas que compreendem perfeitamente as ambições e os direitos dos trabalhadores que são muitos. Há poucas representações com tantos trabalhadores como este sector. Nós podemos estar a falar, em todo o Sector Social Solidário, em 300 mil trabalhadores. A CNIS representa cerca de 200 mil, mas há também as Misericórdias, as Cooperativas e as Mutualidades. Isto devia ser respeitado para próprio benefício da Concertação Social. Seria provavelmente um amortecedor entre patronato e trabalhadores.”

6 - TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS

“Eu, desde o início, fui favorável à transferência de competências da área social para as autarquias e não mudei de opinião quando muita gente começou a questionar tudo e mais alguma coisa. Eu compreendi que há realidades em que as autarquias podem intervir mais do que o Estado central. Eu agora estou menos receoso, mas cheguei a temer que no processo as autarquias prescindissem do conhecimento das equipas que já estavam no terreno a trabalhar no RSI e no SAAS e comesçassem a criar equipas novas e avocar a si estas respostas. Agora, depois de diálogo com os municípios e a ANMP, parece que está a imperar o bom senso. A generalidade das autarquias aceitará as competências e aceitará

os acordos existentes com as instituições de solidariedade. Penso que o processo vai finalizar bem. A devido tempo fiz ver junto da ANMP que não era só nestas áreas da Carta Social, do CLDS, do SAAS e do RSI que podíamos cooperar. Há outras áreas: nas creches, no pré-escolar, no ATL, na cedência de vagas em várias respostas sociais às câmaras, por exemplo. É importante, e já acontece, a possibilidade de utilização de serviços das autarquias para fazer projetos de candidaturas sociais, admitir a existência de uma via verde para apresentação desses projetos nas câmaras por parte de IPSS... enfim, há várias áreas em que podemos aprofundar a relação.”

7 - GRATUIDADE DAS CRECHES

“As instituições de solidariedade estão sempre na busca de soluções e nunca na busca de problemas. Nós não precisamos de andar a agitar bandeiras, mas julgo que toda a gente reconhece a importância da gratuitidade das creches. Foi das medidas mais positivas que este governo delineou e implementou. Contribuí para uma maior coesão social. Permite que as famílias possam conciliar a vida familiar com a profissional, é uma forma muito concreta de lutar contra a pobreza, é um contributo para que todas as crianças, desde o nascimento, sejam integradas num projeto social e educativo. As IPSS podem orgulhar-se de terem contribuído em muito para o sucesso desta medida. Começou em setembro passado e é um sucesso. Ainda há dias ouvia um importante membro do governo a referir-se a este momento de turbulência que se está a viver, dizendo que o que salva o país são as IPSS, com um ambiente de paz, de solução. Ainda que vivam com muitas dificuldades não fazem muito barulho e resolvem os problemas. É assim que vamos continuar: a encontrar soluções.”

8 - ESTATUTO FISCAL DAS IPSS

“Não é uma batalha que começa agora, mas tenho sido uma voz que clama no deserto. Eu acredito que o bom senso acabe por vencer. As instituições sociais não são empresas, são sociais solidárias, privilegiam os mais carenciados e prestam serviço público. Não é compreensível que elas sejam vistas, para a resolução de problemas, como solução e para o fisco sejam vistas como empresas. O seu estatuto fiscal, pelo menos, devia ser equiparado às autarquias. Não digo que houvesse uma isenção total no IVA, por exemplo, mas que houvesse equiparação aos municípios. Tem um impacto enorme. Não é em benefício dos dirigentes que terá de haver um estatuto fiscal mais favorável, é para que se preste serviço a mais pessoas desfavorecidas. O governo, quando é para fazer autoelogio, diz que transfere para este sector 1,7 mil milhões de euros. Se formos a ver, em IVA, TSU, regime sancionatório, as instituições devolvem ao Estado metade daquilo que recebem. No fundo, o Estado com muito pouco cumpre a sua obrigação de proteção social, porque há um mundo de IPSS e dirigentes que, passe a expressão, deixam-se ser tratados como anjinhos. Na

prática, o governo transfere não mais do que 900 milhões de euros para um serviço que custa mais de 4 mil milhões de euros. Temos de rever o estatuto fiscal das IPSS para servir mais pessoas em melhores condições.”

9 - O PRR E AS IPSS

“Tem havido uma morosidade nos anúncios para candidaturas que interessem ao Sector Social Solidário. Quando foi assinado uma espécie de acordo com o governo, que disponibilizava do PRR uma quantia considerável para as instituições fazerem equipamentos, para acederem à eficácia e poupança energética ou ambiental, eu disse que se Portugal tinha sido o primeiro país a apresentar um projeto ao PRR que tinha sido aprovado pela União Europeia, também podia ser o primeiro a cumprir o PRR porque as instituições liderariam a execução. Hoje não posso dizer isso. Os anúncios têm demorado. Houve um anúncio que teve uma correspondência fabulosa, a candidatura à mobilidade verde, mas não há viaturas, o processo está parado e 2026 está a chegar. Se formos a ver, o PRR está mais voltado para o Estado e numa pequena parte para a economia lucrativa e numa ínfima parte para o Sector Social Solidário. Nós precisamos de equipamentos. Fico apreensivo quando ouço dizer que o país já não precisa de mais lares ou ERPI. Precisa de mais e de renovar os que tem. Precisa de ERPI imaginados de outra forma, provavelmente muitos dos que hoje temos não correspondem às necessidades dos seus utentes. Não estou otimista em relação ao PRR.”

10 - CNIS

“Nós temos Uniões em todos os distritos, temos Uniões Regionais em Faro, Açores e Madeira. São realidades diferentes da CNIS e das IPSS. O país não é todo igual e há diferenças substanciais mesmo dentro de cada um dos distritos. Ora, são importantes as Uniões para uma maior proximidade, eficácia, melhor formação, maior apoio aos dirigentes. Para isso precisam de meios. Tenho defendido e já anunciei que o Estado também apoie as Uniões Distritais para que possam prestar mais serviços e acompanhar melhor as instituições. A própria CNIS não tem apoio suficiente para a sua ação e precisa das quotas das suas associadas que ficam divididas entre apoiar a CNIS ou as Uniões. Pretendemos fazer uma reestruturação nessa matéria.

E há também outro tema a que vamos dar atenção. Na grande maioria as nossas instituições nascem de grupos informais, socio-caritativos, associativos, das comunidades que foram evoluindo e se constituíram em IPSS. Há muitos que continuam a existir e são determinantes porque as instituições não respondem a todas as necessidades. Estes grupos apoiam muito e completam muito a ação das IPSS e chegam, às vezes, onde elas não alcançam. A CNIS tem de voltar a olhar para estes grupos e, de algum modo, reconhecê-los e apoiá-los. São complementares. É uma frente que temos de abraçar.”



CUIDADORES INFORMAIS

Maioria admite sofrer de exaustão emocional e precisar de apoio psicológico urgente

A maioria dos cuidadores informais admite já se ter sentido em estado de exaustão emocional e mais de sete em cada dez precisam de apoio psicológico urgente.

Os dados do inquérito nacional revelam que 83,3% dos cuidadores informais inquiridos admitem ter-se sentido em estado de 'burnout' e que 77,9% reconhece que precisa de apoio psicológico, mas menos de metade destes procura e usufrui desta ajuda.

“Os dados dizem-nos isso: eles precisam, eles querem e já tentaram ter apoio psicológico”, disse a psicóloga Ana Carina Valente, responsável pelo estudo e docente do ISPA - Instituto Universitário de Ciências Psicológicas, Sociais e da Vida, sublinhando que os resultados mostram que “existe sofrimento psicológico nos cuidadores”.

O inquérito nacional, realizado pela Merck, com o apoio do Movimento Cuidar dos Cuidadores Informais, mostra igualmente que 78,5% consideram que o seu estado de saúde mental influencia o desempenho do seu papel de cuidador informal e cerca de metade diz não ser capaz de rir e ver o lado positivo como antes. Apesar de 77,9% reconhecerem a necessidade de apoio psicológico, menos de metade destes procuram e usufruem deste apoio: “A resposta do apoio psicológico em Portugal, por exemplo, do Serviço Nacional de Saúde, não é uma

resposta eficaz”, considera Ana Carina Valente.

“Não existem, de facto, apoios públicos que deem resposta a todas as pessoas que precisam de apoio psicológico. (...) Mesmo as pessoas que sentem esta necessidade e procuram esta ajuda, nem todos a conseguem, porque (...) têm que recorrer a serviços privados, onde têm que pagar uma consulta”, lembra a responsável, sublinhando que mais de metade dos cuidadores estão desempregados.

“Nós sabemos que mais de metade dos cuidadores estão em situação de desemprego, com situações muito vulneráveis sob o ponto de vista da sua funcionalidade e do cuidado da família e dos familiares e, portanto, nem sempre o dinheiro sobra”, explica.

Para ajudar a responder a este problema, a responsável defende a criação de linhas de apoio, gratuitas, onde os cuidadores pudessem ter esta ajuda, sem terem de sair de casa, onde cuidam da pessoa que têm à sua responsabilidade.

“Os próprios cuidadores reconhecem a necessidade”, recorda a especialista, considerando que o aparecimento destas linhas de apoio seria “uma resposta muito importante e muito eficaz”.

“Dá a oportunidade de cuidar de mim sem ter que gastar um dinheiro que muitas vezes eu não tenho”, acrescenta a responsável, insistindo que “nem sempre os centros de saúde e os hospitais

dão uma resposta eficaz”.

Sobre a eficácia do acompanhamento à distância, Ana Carina Valente diz que “todos os estudos indicam que é eficaz” e que, neste caso, muitas vezes os cuidadores não se podem mesmo ausentar de casa. “Assim, conseguimos minimizar as consequências de ser cuidador e também ajudá-los a diminuir estes resultados, tão expressivos nesta população”, acrescentou.

Sobre como operacionalizar a ajuda, responde: “Ou com o Serviço Nacional de Saúde ou, por exemplo, algumas associações podiam ter apoio para contratarem psicólogos, para fazer este trabalho”.

“Nós temos algumas linhas de apoio em Portugal. Esta seria mais uma, específica para os cuidadores, onde os psicólogos receberiam formação para trabalhar nesta área”, afirmou, sublinhando: “Não há saúde sem saúde mental”.

Dando o exemplo da empresa que avançou com o estudo (Merck), que investiu neste estudo, a psicóloga defende que as empresas privadas também podiam investir nesta matéria.

O estudo abrangeu mais de 1.100 cuidadores, que responderam aos inquéritos entre 03 de novembro de 2022 e 04 de janeiro de 2023. Com base nas estimativas do Instituto de Segurança Social, haverá em Portugal cerca de 1,1 milhões de cuidadores informais.

REGISTOS CONTINUAM A AUMENTAR EM PORTUGAL

190 casos de mutilação genital feminina em 2022

As autoridades de saúde registaram no ano passado 190 casos de mutilação genital feminina, um aumento de 24% relativamente ao período homólogo, e em mais de metade ocorreram complicações, segundo a Direção-Geral da Saúde.

Os dados, divulgados pela Direção-Geral da Saúde (DGS) indicam que entre janeiro e dezembro de 2022 foram registadas na plataforma Registo de Saúde Eletrónico complicações de saúde em 100 mulheres (52,6% dos casos).

Segundo a DGS, as complicações resultantes da mutilação genital feminina “são frequentemente coexistentes”. Dos dados referentes ao ano passado, a autoridade de saúde indica 75 registos de complicações do foro psicológico, 64 obstétricas, 55 incluem complicações de resposta sexual e 51 sequelas uro-ginecológicas.

Os dados apontam ainda para uma predominância de casos realizados na Guiné-Bissau (70,5%) e na Guiné Conacri (23,7%).

“Este aspeto vem reforçar a informação já conhecida, tendo em conta o predomínio das comunidades imigrantes residentes em Portugal e a prevalência estimada da mutilação genital feminina nessas países”, explica a DGS.

No documento divulgado, a DGS acrescenta ainda que, no total de casos registados em 2022, as mulheres foram maioritariamente (49,5%)

submetidas a mutilações do tipo II, que incluem remoção parcial ou total do clítoris e dos pequenos lábios, com ou sem excisão dos grandes lábios, e do tipo I (44,7%), referente à remoção parcial ou total do clítoris e / ou do prepúcio.

As mutilações do tipo III (estreitamento do orifício vaginal através da criação de uma membrana selante, pelo corte e aposição dos pequenos lábios e/ou dos grandes lábios) representam 3,7% dos casos registados em 2022 e as do tipo IV (outras intervenções nefastas não classificadas) representam 2,1%.

Segundo a DGS, desde 2014, foi contabilizado um total de 853 casos de mutilação genital feminina em Portugal.

Dos 190 casos notificados na plataforma no ano passado, foi registada a intervenção dos profissionais de saúde em 84,2% (160) dos casos, “no âmbito do esclarecimento dos direitos da mulher numa perspetiva educativa e preventiva”, explica a DGS.

Atendendo à sua gravidade -- acrescenta -- “procedeu-se à análise dos sete registos existentes de mutilação tipo III”.

“De acordo com os registos, este tipo de prática foi realizada na Guiné-Bissau (6) e na Guiné Conacri (1), entre o primeiro ano de vida e os 27 anos de idade, tendo as mulheres no momento do registo entre 19 e 40 anos”, esclarece o documento.

Em 2022, de acordo com os registos, a idade

aquando da realização do procedimento variou entre o primeiro ano de vida e os 34 anos de idade. Contudo, em cerca de 73% dos casos a mutilação ocorreu até aos 9 anos de idade.

No que respeita à idade em que ocorreu a mutilação genital feminina, 61,6% dos registos são omissos.

Os dados divulgados integram a “Atualização dos Registos de Mutilação Genital Feminina - Ano de 2022”.

A maioria dos registos foram efetuados nos cuidados hospitalares (77,9%) e 22,1% nos Cuidados de Saúde Primários (CSP), segundo o documento, que indica igualmente que a maioria dos registos foram efetuados em unidades inseridas na Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo (apenas dois registos ocorreram na ARS Centro).

A DGS alerta igualmente que a mutilação genital feminina, que envolve a alteração ou lesão dos genitais femininos sem qualquer razão médica, “pode causar complicações de saúde, incluindo infeção grave, dor crónica, depressão, infertilidade e morte”.

A mutilação genital feminina é reconhecida internacionalmente como uma violação dos direitos humanos, as suas origens não são claras, mas tem sido praticada pelas sociedades ao longo dos tempos.

HENRIQUE RODRIGUES

Presidente do Centro Social de Ermesinde



O questionário de Proust

1 - Todos os anos, pelo Verão, e dentro dos rituais da *silly season*, vários jornais apresentam aos seus leitores, em páginas destinadas a entretenimentos próprios do vagar do tempo de férias, misturadas com as coscuvilhices e as palavras cruzadas, com a gastronomia, com as notas dos enólogos ou com as escapadas de fim-de-semana, as respostas dadas por diversas personalidades a um inquérito, designado “Questionário de Proust.”

Trata-se de um conjunto de perguntas, inicialmente formuladas pelo escritor francês Marcel Proust, cujas respostas se destinam a traçar o perfil de cada um dos entrevistados e a informar o público leitor dessas respostas e do retrato que delas se extrai.

Normalmente é o mês de Agosto o escolhido para a publicação, em cada dia do mês, das respostas dadas por cada um dos respondentes, que percorrem as mais diversas identidades sociais, culturais, políticas ou profissionais.

O registo é confessional: quem responde informa-nos de quais são as suas – e as dos outros – maiores qualidades e os maiores defeitos, quem mais admira ou o que mais detesta, de que nomes mais gosta ou que escritores prefere, ou que livros anda a ler (andam sempre a ler algum ...).

De sorte que este registo nos permite aceder à intimidade das maiores ou menores celebridades, saciando a nossa curiosidade perante essa informação inútil, como se espreitássemos pelo buraco da fechadura, mas sem a censura social que este outro procedimento implica.

Claro que esta confissão perante o Questionário de Proust nada tem que ver com a confissão/sacramento, em que fomos ensinados a não mentir nas respostas, porque de nada valia: para além do sacerdote, que ouvia a nossa confissão verbal, havia um Outro, que tudo sabia, mesmo antes de respondermos, e perante Quem de nada servia adornar o currículo.

Ao Questionário de Proust responde-se como se quisesse, de sorte que o retrato de cada confidente, mais do que a reprodução fiel do retratado, é o retrato de si-próprio/o outro, a máscara com que desejava ser visto ou reconhecido.

Normalmente, o retrato assim exposto, tratado em photoshop, é melhor do que o retratado é, na realidade.

Não há escrutínio sobre as respostas, valendo a indulgência própria da ligeireza estival para que alguns traços mais desfasados da realidade passem sem censura.

Não é Carnaval... mas ninguém leva a mal...

2 – O Questionário de António Costa, hoje viático para o acesso a cargos no Governo, tem muitas semelhanças com o Questionário de Proust.

Como no de Proust, trata-se de confissões; isto

é, trata-se de um conjunto de 36 perguntas sobre a vida passada, presente e futura dos “candidatos” a membros do Governo ou dos seus familiares.

É um ritual de “passagem”, porventura substituindo outros rituais por onde noutras ocasiões tem sido feito o recrutamento.

E, do mesmo modo que o Questionário de Proust, também abre a intimidade dos candidatos a governar-nos a quem tiver, legítima ou ilegitimamente, acesso ao seu teor.

Igualmente se manifesta como a versão que cada qual apresenta de si próprio, com os adornos, as modelações e os remendos com que cada um dos respondentes afeiçoa o seu currículo aos objetivos da função.

Às vezes, uma subtil modificação semântica tem consequências profundas ... Basta ver o recente acórdão do Tribunal Constitucional, sobre a eutanásia, a propósito da interpretação da conjunção coordenada copulativa “e”...

Mas tem também diferenças...

Enquanto o Questionário de Proust possui uma natureza superficial e ligeira, não nos afetando senão num vago franzir o sobrolho numa esplanada de Verão, perante alguma afirmação mais exagerada, o Questionário de António Costa destina-se a impor o selo de validade a quem vai implicar com a nossa vida e com a nossa fazenda.

A quem nos vai “pastorear”, como diria Vasco Pulido Valente.

Outra diferença reside nos efeitos; enquanto o Questionário de Proust releva da brandura e da calma dos dias das férias de Verão, a natureza das perguntas do Questionário de António Costa, e principalmente das respostas, corresponde mais a uma exposição no pelourinho.

Com efeito, as respostas dizem-nos que, mais do que o Primeiro Ministro ou o Ministro quer convidar, também o próprio candidato quer aceitar.

Explicando-me melhor: os convites para o Governo – qualquer Governo – obedecem à seguinte ficção: o Primeiro Ministro convida para Ministros, e estes convidam para Secretários de Estado, aquelas personalidades que, pela sua competência e capacidade, melhor desempenharão, a seu ver, e em benefício da Pátria, os cargos governativos respectivos; e os convidados aceitam ser providos, sacrificando-se, em cargos aliás mal pagos, no interesse público e por amor da mesma Pátria.

Introduzir uma prestação de provas, que é uma espécie de humilhação, em que só se pergunta sobre factos desagradáveis ou incómodos, implica a vontade de o candidato ocupar o cargo previsto; e tal inferência é incompatível com a ficção romântica do desprendimento pessoal e do serviço público.

É como instituir uma espécie de CRESAP, mas

para o acesso a um órgão de soberania, como é o Governo.

3 - Já por cá ando há mais de 70 anos e considero-me bem informado sobre o País e o mundo que me rodeia.

Costumo dizer que a providência me permitiu começar quase cada dia da minha vida adulta a ler o jornal, e a tomar o café, numa esplanada.

O Expresso fez 50 anos e ainda me lembro de comprar o primeiro número, em 1972.

Ainda possuo esse exemplar, em arquivo.

Creio, ao que me lembre, nunca ter deixado passar uma semana sem o ler.

(Basta de confidências pessoais; ou os meus leitores dirão que provo do meu próprio veneno, que estou a responder a algum questionário íntimo...)

Estive a passar em revista a lista de “casos” e “casinhos” que tem trazido um imprevisto “frisson” à maioria absoluta.

Tirando Marta Temido e Pedro Nuno Santos, não conhecia, nem de nome, e ainda menos de valimento, nenhum dos membros do Governo que foram sendo afastados ou se foram afastando nos tempos mais recentes.

Não tenho a ideia de os Secretários de Estado serem meros ajudantes dos ministros, como já foram considerados.

Só na área do Trabalho e Segurança Social, de que as Instituições Particulares de Solidariedade Social se encontram mais próximas, ninguém em seu juízo consideraria António Bagão Félix, ou Leonor Beleza, ou Paulo Pedrosa, em seu tempo Secretários de Estado, como ajudantes.

Todos tinham e têm densidade própria, todos levaram a cabo mudanças importantes no Sector, a todos sempre foi reconhecida unanimemente a preparação para funções de Governo.

Todos tinham “vida”, antes de irem para o Governo.

(Ou Vasco Graça Moura, Secretário de Estado da Segurança Social, em 1975.)

Tenho para mim que o melhor escrutínio é este: não um qualquer inquérito sobre torpezas e trapalhadas, passadas ou presentes, próprias ou alheias; mas a escolha dos melhores.

Dos melhores, segundo o juízo consensual da comunidade.

Quem, pela sua vida pública, adquiriu justo prestígio não teme o juízo do povo.

Mas esses não aceitam ser ajudantes ... Nem respondem a devassas...

UDIPSS PORTO

“Continuidade na mudança” é a aposta da nova presidente Maria José Menezes

À semelhança de outras Uniões Distritais, a UDIPSS Porto também foi a votos e tem agora uma nova presidência, apesar de ser alguém que conhece bem a casa por dentro.

Na cerimónia de tomada de posse, que decorreu na sede da instituição, a nova presidente da União portuense, Maria José Menezes, reafirmou que, para o mandato que assumiu no dia 12 de janeiro, a sua aposta é numa “continuidade na mudança”, afirmando-se atenta às necessidades das IPSS associadas, visando a melhoria do serviço que prestam, no sentido de “melhorar a vida de cada uma das pessoas que servem, nem que seja por uma hora dessa vida”.

“Queremos ir um pouco mais longe e tentarmos ser igualmente fonte de inspiração”, defendeu a novel presidente da Direção, que avançou a ideia de realização de um Congresso, no sentido de inspirar as instituições, que estas criem pontes e deem a conhecer o bom trabalho que fazem.

“Temos de levar as boas ideias a todos, para que todos se possam apropriar delas”, sustentou.

Maria José Menezes deixou uma palavra ao cônego José Lopes Baptista, pela “perseverança e resiliência”, ele que está de regresso aos órgãos sociais da UDIPSS Porto, que já liderou, agora nas funções de presidente da Mesa da Assembleia Geral.

Perante o testemunho do presidente da CNIS, padre Lino Maia, do vereador da Educação e Coesão Social da Câmara Municipal do Porto, Fernando Paulo, e da diretora-adjunta do Centro Distrital do Porto do Instituto da Segurança Social, Maria Rosário Loureiro, entre muitos representantes de instituições associadas, tomaram posse:

Mesa da Assembleia Geral

Presidente - José Lopes Baptista (Centro Social das Antas, Porto); 1.ª Secretária - Helena Pinhal (Centro Social e Paroquial de Matosinhos, Matosinhos); 2.º Secretário - Jorge Barreirinho (Centro Social e Paroquial de Navais, Póvoa de Varzim).

Conselho Fiscal

Presidente - Joaquina Patrício Oliveira Fernandes Inácio (Centro Social de Ermesinde, Valongo); 1.ª Relatora - Maria Inês Pinho Teixeira da Rocha Santos (Obra de Nossa Senhora das Candeias, Porto); 2.º Relator - Pedro Joaquim da Cunha Magalhães (Associação de Solidariedade Social de Nespereira, Lousada); Suplente - Mariana Dolores (Mundo a Sorrir - Associação de Médicos Dentistas Solidários Portugueses, Porto).

Direção

Presidente - Maria José da Costa Miranda



Menezes (Centro Social das Antas, Porto); Vice-presidente - Manuel Fernando Soares da Silva (Centro Social e Paroquial de Alfena, Valongo); Tesoureiro - Manuel António Moreira Teixeira (Fundação Santo António, Marco de Canaveses); Secretária - Teresa Paula Machado Costa (CSPFA - Centro Social Paroquial Frazão-Arreigada, Paços de Ferreira); Vogal - Bárbara da Silva Ferreira de Barros (Banco Alimentar Contra a Fome do Porto, Matosinhos); 1.º Suplente - Sérgio António Lopes Ferraz da Rocha (Centro Social de Recesinhos, Penafiel); 2.º Suplente - Mário Augusto de Oliveira Dias (APPACDM de Vila Nova de Gaia).

INAUGURAÇÃO

A anteceder a cerimónia de tomada de posse dos novos órgãos sociais da UDIPSS Porto, houve um de homenagem e reconhecimento, com a inauguração do Auditório Cônego José Lopes Baptista, na sede da União.

A aposta do cônego José Lopes Baptista na manutenção e renovação da sede social da União Distrital é assim reconhecida pelos seus pares, tendo o ato contando com a presença do Bispo do Porto, D. Manuel Linda, que benzeu o novo espaço.

O Bispo do Porto dirigiu uma palavra “a todos os presentes, dedicam grande parte, ou até mesmo a totalidade, da sua vida ao bem comum”, lembrando que “bons exemplos também arrastam” e sublinhando o “bom exemplo” que as instituições e os seus trabalhadores e



voluntários transmitem à sociedade, “recebendo, muitas vezes, críticas como forma de pagamento”.

O espaço inaugurado acolheu, de seguida, a cerimónia de tomada de posse e D. Manuel Linda aproveitou a ocasião para “desejar força” aos novos eleitos para que incentivem as IPSS a continuar o seu caminho de “solidariedade, generosidade e fraternidade”, para além das reivindicações junto do Estado.

“Atribuimos ao Estado todas as responsabilidades, mas ele não pode dar seguimento a todas as necessidades”, sustentou.

I JORNADAS DOS CENTROS DE ATIVIDADES E CAPACITAÇÃO PARA A INCLUSÃO

CAO versus CACI: a alteração legislativa e os seus constrangimentos

Depois da recente mudança legislativa, de designação, funções e competências dos antigos Centros de Atividades Ocupacionais (CAO) para os , agora, denominados, Centros de Atividades e Capacitação para a Inclusão (CACI), a Escola Superior de Educação e Escola Superior de Saúde do Politécnico do Porto, a Associação do Porto de Paralisia Cerebral e a Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental de Viana do Castelo discutiram as temáticas relacionadas com as atuais exigências a que os CACI estão obrigados.

Acima de tudo, as primeiras Jornadas dos Centros de Atividades e Capacitação para a Inclusão, que decorreram nos passados dias 2 e 3 de fevereiro, na Escola Superior de Educação do Politécnico do Porto, foram uma plataforma de partilha de experiências, realidades e, também, constrangimentos na constante procura de soluções replicáveis.

O programa que preencheu dos dois dias de trabalho abarcou diferentes temas e proporcionou ainda alguns momentos culturais e musicais. Num encontro, essencialmente, técnico e académico, no qual se procurou discutir a fundo a mudança legislativa, destaque também para a participação, em discurso direto, de pessoas com deficiência.

Mónica Maia, coordenadora das I Jornadas dos CACI, referiu, logo na abertura, a urgência em se debater de forma muito realista os constrangimentos da alteração legislativa que impõe mudanças em instalações e mais recursos humanos, para os quais “serão necessários mais apoios”.

A professora adjunta da Unidade Técnico-Científica de Educação Especial e Inclusão da Escola Superior de Educação destacou ainda que o processo de inclusão das pessoas com deficiência deve ser “partilhado com toda a sociedade”, sendo que “as instituições não podem ser as exclusivas responsáveis por tal inclusão”.

Contextualizando, a nível nacional, serão



cerca de 15.500 pessoas com deficiência abrangidas pela valência CACI. Esta resposta social destina-se ao desenvolvimento de atividades ocupacionais para pessoas com deficiência e constitui-se como meio de capacitação para a inclusão (em função das necessidades, capacidades e nível de funcionalidade de cada um dos seus beneficiários).

Presente nas Jornadas, a secretária de Estado para a Inclusão sublinhou a importância da “atempada discussão sobre os resultados práticos da intervenção dos CACI para ajudar a nossa intervenção” e apontou a necessidade de “se ter capacidade de análise interna e de perceber o que de melhor se pode fazer”.

A governante não relevou importância à questão dos prazos definidos para todas as mudanças previstas nos CACI, contudo: “Estou é preocupada com aquele que deve ser o nosso caminho”, defendendo “ser preciso não se resistir a uma necessária mudança”.

Quanto à eventual prorrogação de prazos de efetiva aplicação da legislação... “Prazos, podemos mudar. Mentalidades é que não!”, disse.

Ante uma plateia repleta de dirigentes e representantes de CACI de todo o país, Abílio Cunha, presidente da Associação do Porto de Paralisia Cerebral (APPC), uma das promotoras do encontro, elogiou a coragem de mudar a legislação relativa aos “antigos” Centros de Atividades Ocupacionais.

“Era algo que já vigorava há cerca de meio século e estava claramente ultrapassada”, defendeu Abílio Cunha, acrescentando: “Temos de analisar os constrangimentos que esta mudança implica e ponderar (ou negociar) aquilo que deve ser repensado”.

Segundo a organização, as primeiras Jornadas CACI tinham o objetivo de promover espaços de diálogo e debate sobre as políticas e práticas desenvolvidas, possibilitando troca de experiências e de boas práticas entre instituições e o fortalecimento dos trabalhos de investigação no campo, o que foi alcançado.

O encontro contou ainda com a presença e participação ativa de várias federações nacionais com intervenção no sector, nomeadamente a FAPPC, a FENACERCI e a Humanitas.

CENTRO DE RECUPERAÇÃO E INTEGRAÇÃO DE ABRANTES

Autarquia celebra protocolo para o CRIA continuar a acompanhar utentes do RSI

O CRIA – Centro de Recuperação e Integração de Abrantes celebrou um protocolo com a autarquia local, no domínio da área social, designadamente, no acompanhamento dos beneficiários do rendimento social de inserção (RSI), no concelho de Abrantes, com o objetivo de promover a sua autonomia e inserção social e profissional.

No âmbito do protocolo, a Câmara Municipal

de Abrantes transferirá para o CRIA uma verba de 105.093 euros, repartido por tranches mensais de igual montante. Este protocolo decorre da transferência de competências na área social que o município de Abrantes assumiu a 1 de janeiro último.

O CRIA é, desde 2005, a entidade executora do RSI no concelho de Abrantes, através de protocolo com o Instituto da Segurança

Social (ISS), acompanhando cerca de 150 agregados familiares, tendo demonstrado interesse em manter o acompanhamento do programa e a celebrar protocolo agora com o Município.

O atual protocolo abrange 400 agregados familiares e terá a duração de um ano, renovando-se automaticamente, por iguais períodos se as partes envolvidas nada disserem em contrário.



Servimos bem-estar.

TRIVALOR

SOLUÇÕES ESPECIALIZADAS PARA O SETOR SOCIAL

Na Trivalor, a nossa vocação é fazer o melhor pela sua organização.

Melhore a qualidade dos seus serviços e aumente a eficiência dos seus recursos, recorrendo a um parceiro de excelência na prestação de serviços em *outsourcing*.



GESTÃO
INTEGRADA DE
SERVIÇOS



SERVIÇOS
PARTILHADOS



RESTAURAÇÃO
COLETIVA



RESTAURAÇÃO
PÚBLICA E
CATERING DE
EVENTOS



VENDING



REPRESENTAÇÕES
E LOGÍSTICA



PRODUÇÃO
ALIMENTAR



SEGURANÇA
HUMANA E
ELETRÓNICA



LIMPEZA



BENEFÍCIOS E
INCENTIVOS



TRABALHO
TEMPORÁRIO E
OUTSOURCING

 WWW.TRIVALOR.PT

 [LINKEDIN/COMPANY/TRIVALOR-SGPS-SA](https://www.linkedin.com/company/trivalor-sgps-sa)

RUA DA GARAGEM, Nº 10 · 2790-078 CARNAXIDE
TELEF.: 210 420 005 / 210 420 808
FAX.: 210 420 098 / 214 249 488
E-MAIL: TRIVALOR@TRIVALOR.PT

CONHEÇA-NOS MELHOR

CONTACTE-NOS

PUBLICADO EM DIÁRIO DA REPÚBLICA

Governo atualizou valores dos abonos sociais

O Governo publicou a portaria que atualiza os valores para 2023 do abono de família pré-natal e para crianças e jovens, a bonificação por deficiência neste apoio e as majorações relativamente a famílias monoparentais e numerosas.

Segundo a portaria publicada em Diário da República, os valores do abono de família de crianças e jovens com os pais inseridos no primeiro escalão de rendimentos passam para 161,03 euros para crianças até três anos e 50 euros para crianças e jovens com mais de três anos.

Para o segundo escalão de rendimentos foram previstos 132,92 euros (crianças até três anos) e 50 euros (acima dos três anos de idade); no terceiro escalão, os valores são de 104,57 euros (até aos três anos de idade), 34,86 euros (crianças entre os três e os seis anos) e 30,09 euros (crianças e jovens acima dos seis anos); para o quarto escalão foram alocados 62,75 euros (até aos três anos) e 20,91 euros (crianças e jovens entre os três e os seis anos).



Quanto às famílias mais numerosas, a portaria estabelece para as crianças até aos três anos e inseridas num agregado familiar com dois filhos a receber abono os montantes de 40,25 euros (primeiro escalão de rendimentos), 33,24 euros

(segundo escalão), 30,09 euros (terceiro escalão) e 15,69 euros (quarto escalão).

Nas famílias com mais do que dois filhos titulares de abono, os valores fixados para uma criança com idade até três anos passam para 80,51 euros (primeiro escalão de rendimentos), 66,47 euros (segundo escalão), 60,18 euros (terceiro escalão) e 31,38 euros (quarto escalão).

Em relação às majorações do abono de família para crianças e jovens e do abono de família pré-natal para famílias monoparentais, o Governo aplica mais 50% sobre o apoio fixado para os agregados familiares do primeiro escalão em situação de monoparentalidade e mais 42,5% sobre os apoios definidos para os agregados dos restantes três escalões de rendimentos (acrescidos de eventuais bonificações por deficiência que possam existir).

Para o abono de família pré-natal em famílias monoparentais foi atribuída uma majoração de 35% em relação aos valores deste apoio nos quatro escalões de rendimentos.



SOLIDÁRIOS CONSIGO DESDE 1995

Novas versões

- US UNIDADES DE SAÚDE**
- CP CONTROLO DE PRESENCAS**
- ACC - ATESTADO CARTA DE CONDUÇÃO**
- UTC UTENTES CT (CERTIFICADO AT)**
- GI GESTÃO DE IMÓVEIS**
- IMO IMOBILIZADO ESNL**
- ORD ORDENADOS**
- PEM PRESCRIÇÃO ELETRÓNICA (CERTIFICADO SPMS)**
- PC PROCESSOS CLÍNICOS UCC**
- PC PROCESSOS CLÍNICOS ERPI**
- ASS ASSOCIADOS/IRMÃOS IPSS**
- CNT CONTABILIDADE ESNL**
- LAN LANÇAMENTOS AUTOMÁTICOS NA CONTABILIDADE**
- ORC MÓDULO ORÇAMENTOS**

- + de 40 aplicações**
- + de 900 clientes**
- Garantia de satisfação**
- Demonstrações grátis e sem compromisso**
- Assistência remota**
- Formação online**

Contacte-nos para orçamentos, demonstrações ou mais informação.
TELEFONE +351 253 408 326
TELEMÓVEL +351 939 729 729
EMAIL tsr@tsr.pt

ENCONTRE-NÓS EM **www.tsr.pt**

SEGURANÇA SOCIAL EM 2022

Excedente de mais de quatro mil milhões de euros

A Segurança Social terminou o ano de 2022 com um excedente de 4.065,9 milhões de euros, anunciou o Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social.

Num comunicado sobre a Síntese de Execução Orçamental divulgada pela Direção-Geral do Orçamento (DGO), o ministério liderado por Ana Mendes Godinho diz que o saldo atingido em dezembro resulta “da evolução positiva do emprego em 2022”.

O excedente de mais de quatro mil milhões de euros registado compara com o saldo de 2.596,0 milhões de euros previsto no Orçamento do Estado para 2022.

Este resultado reflete o aumento da receita efetiva da Segurança Social de 5,8% face a dezembro de 2021, para um total de 35.522,8 milhões de euros.

“Esta variação decorre, essencialmente, do acréscimo das contribuições e quotizações em 2.356,9 milhões de euros (a que corresponde uma variação de 11,8 %”, refere o Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social.

Já a despesa efetiva ascendeu a 31.456,9 milhões de euros, mais 0,7% (218,7 milhões de euros) do que no período homólogo de 2021.

Entre as rubricas que contribuíram para o aumento da despesa estiveram o aumento da despesa com pensões e complementos em 1.260,9 milhões de euros (+6,8% do que em dezembro de 2021), “incluindo o complemento excepcional a pensionistas, no montante de 647,9 milhões de euros, pago no mês de outubro”.

Ainda do lado da despesa, o Ministério da Segurança Social destaca o pagamento do apoio extraordinário a titulares de rendimentos e prestações sociais e do apoio extraordinário por pessoa dependente, no âmbito das medidas de apoio às famílias, no montante global de 138,1 milhões de euros; o apoio extraordinário às pessoas mais



vulneráveis, no montante total de 368,2 milhões de euros ou a despesa com o apoio Garantia para a Infância, no valor de 25,1 milhões de euros (valor que inclui retroativos a julho de 2022).

A contribuir para o aumento da despesa efetiva, esteve ainda a subida homóloga de 10,9% (mais 223,6 milhões de euros) da despesa com programas e prestações de ação social, incluindo o pagamento, em dezembro, de medidas para mitigar os efeitos da inflação e a antecipação parte da atualização relativa a 2023 de acordos de cooperação junto das instituições particulares de solidariedade social.

Inversamente, a despesa com prestações de desemprego fechou o ano a registar um decréscimo de 19,9% (-316,2 milhões de euros) face ao final de 2021.

A evolução da situação pandémica ao longo de 2022 teve um impacto positivo do lado da execução tendo despesa com as medidas de combate, da prevenção e reposição da normalidade da responsabilidade da Segurança Social ascendido a 599,2 milhões, o que traduz uma redução da despesa em 1.320,8 milhões de euros, face ao

período homólogo.

“Do lado da receita, estima-se que a perda da receita contributiva associada à isenção de pagamento de Taxa Social Única, ascende a 8,1 milhões de euros”, salienta o ministério liderado por Ana Mendes Godinho, sublinhando que as restantes medidas com impacto na receita não se traduzem em perda de receita mas no seu deferimento.

Do lado da despesa, o isolamento profilático foi a medida com maior impacto, totalizando 245,8 milhões de euros, seguindo-se a despesa com o incentivo extraordinário à normalização da atividade empresarial (129,0 milhões de euros), com os apoios extraordinários ao rendimento dos trabalhadores (78,0 milhões de euros) e com o subsídio de doença (66,9 milhões de euros).

“Também o apoio extraordinário à retoma progressiva da atividade, o subsídio de assistência a neto e filho e o lay-off simplificado apresentaram um impacto significativo que ascendeu a 45,3 milhões, 15,3 milhões de euros e 9,3 milhões de euros, respetivamente”, assinala a mesma informação.

CASTELO BRANCO

Catorze IPSS de Idanha-a-Nova com projeto de Gestão de Qualidade

Catorze instituições particulares de solidariedade social (IPSS) de Idanha-a-Nova, no distrito de Castelo Branco, vão integrar um projeto que visa a implementação do Sistema de Gestão da Qualidade nestas organizações sociais.

O projeto “Q+ Em Rede 2.0” tem como missão apoiar e orientar na implementação do Sistema de Gestão da Qualidade para o III Setor, nas entidades aderentes, através de consultoria em rede.

Como objetivos específicos, visa a definição e construção do sistema documental (impressos, Documentos de Apoio e Procedimentos), atualização da estrutura documental já existente, prevenção do cumprimento dos requisitos, fornecimento de competências à equipa da qualidade para a monitorização e avaliação do sistema e realização de auditorias pedagógicas a cada entidade parceira.

“Aprofundar o trabalho em rede entre as IPSS do concelho de Idanha-a-Nova é um dos princípios do projeto Q+ Em Rede 2.0, que visa orientar a implementação do Sistema de Gestão da Qualidade nas organizações sociais”, referiu, em comunicado, o município de Idanha-a-Nova.

Envolve 14 IPSS do concelho de Idanha-a-Nova e tem o apoio financeiro da Câmara Municipal em 75%, sendo que os restantes 25% cabem a cada entidade.

O projeto tem uma duração de 12 meses e prevê a realização de ações de formação certificada, presencial, para as equipas técnicas e órgãos sociais das IPSS, com a participação de vários especialistas.

Contempla ainda uma visita de acompanhamento e uma auditoria interna, no final, medianamente a implementação da NP EN ISO 9001:2015 e/

ou Nível B dos Manuais da Segurança Social.

A partir do “Q+ Em Rede” pretende-se, ainda, desenvolver outras abordagens na rede social do concelho de Idanha-a-Nova.

Citado no documento, o presidente da câmara de Idanha-a-Nova referiu que “só faz sentido trabalhar as respostas sociais do concelho em rede”.

“Este projeto é uma oportunidade para as IPSS se capacitarem e caminharem para a certificação, cumprindo todos os requisitos da Segurança Social”, disse Armindo Jacinto.

O autarca adiantou que, através do processo de gestão da qualidade, pretende-se “criar novas dinâmicas entre as IPSS”.

“Saúde, alimentação e animação sociocultural são algumas das áreas em que estamos a preparar respostas em rede mais eficazes”.

JOSÉ FIGUEIREDO
ECONOMISTA



A DERROCADA DAS BITCOINS

Faz sentido regular o mercado dos ativos digitais?

Acontecimentos recentes parecem ter vindicado os que, como este vosso humilde criado, andavam a bradar no deserto alertando para as fragilidades e para os perigos das bitcoins e, em geral, dos ativos digitais.

Em pouco tempo assistimos à queda vertical da bitcoin (mais de 70% desde o final de 2022), à insolvência de uma grande mineradora de cripto-ativos e ao colapso de uma plataforma de negociação, a FTX.

Várias empresas do setor estão a anunciar cortes significativos nos quadros de pessoal no que parece ser uma crise geral de confiança na atividade.

O caso da FTX foi o que concitou mais atenção mediática dado os volumes envolvidos. A plataforma faliu com mais de 10 biliões em dívidas e talvez não mais de 1 bilião em ativos facilmente vendáveis pelo que é possível antecipar que os credores vão encaixar perdas enormes. Dá-se ainda o caso de alguns dos clientes da plataforma serem figuras mediáticas do desporto, da moda ou do mundo do espetáculo.

A questão do milhão de dólares aqui é saber até ponto que esta derrocada no mundo dos cripto-ativos pode contagiar a parte convencional dos sistemas financeiros. Pode um banco sistemicamente relevante ficar em apuros? Ou uma companhia de seguros importante exposta a perdas significativas?

Até ver o risco parece ser mínimo. Aparentemente as interconexões entre os mercados de ativos digitais e o sistema financeiro convencional parecem pouco relevantes e as perdas estarão a ser registadas sobretudo em balanços privados.

A sequência recente de acontecimentos abriu um debate sobre o que fazer relativamente a um mercado que, embora aparentemente sem grande risco de contágio, se transformou em pouco tempo num importante veículo de investimento, onde investidores de retalho aplicam parte das suas poupanças.

Há que reconhecer que a tentação era grande. Durante os confinamentos de 2020 verificou-se uma explosão do investimento de retalho, ou seja, investimentos de valores pequenos ou médios, realizados por pessoas privadas, em geral pouco informadas e com uma propensão grande para seguir as tendências.

O crescimento do investimento de retalho foi potenciado pelo aparecimento de plataformas digitais de negociação, disponíveis em telefones móveis, graficamente muito apelativas, fáceis de utilizar e com custos de transação muito

baixos ou mesmo nulos.

A negociação de ativos digitais ficou acessível ao comum dos cidadãos e os ganhos pareciam fáceis. Quem comprou bitcoins na meada de 2020 podia dizer no final de 2022 que por cada euro investido tinha então cinco euros, um ganho de 400% em menos de dois anos.

Hoje o ganho está reduzido praticamente a zero. Todos os que entraram no negócio ao longo de 2021 e 2022 estão a registar perdas que podem ir até 70% do capital investido.

Podemos colocar aqui um tema moral. Porventura, a esmagadora maioria dos investidores de retalho que entraram no negócio não fazia a mínima ideia do que estava a comprar. Será moralmente aceitável que este mercado continue a funcionar de uma forma não regulada, como um mundo sem regras e sem qualquer proteção dos consumidores?

Esta situação abriu um debate onde vemos basicamente dois campos: os que defendem a integração dos ativos digitais no sistema regulatório dos mercados financeiros e os que defendem que isso seria legitimar, dar credibilidade a algo que manifestamente não é comparável a investimentos financeiros em títulos de dívida ou ações de empresas.

Na verdade, não se conhece nenhuma utilidade social aos cripto-ativos. Pode-se dizer que, no limite, podem servir como dinheiro. Em rigor, nem isso.

As bitcoins não são escaláveis, são um desastre ambiental pela energia absurda que consomem na sua criação e, por outro lado, das três funções do dinheiro (unidade de conta, meio de troca e reserva de valor) só a última fica razoavelmente preenchida e, ainda assim, à custa de um enorme risco e volatilidade.

Há quem tente comparar com o ouro, os cripto-ativos seriam uma espécie de ouro digital.

A comparação com o ouro não faz sentido. A esmagadora maioria do ouro produzido no mundo é consumida no fabrico de joalharia e em outras aplicações industriais.

Não encontro nenhum argumento a favor da regulação dos ativos digitais como se fossem investimentos “sérios”.

No entanto, o caso é sério - os ativos digitais podem ser usados para fuga ao fisco, financiamento do terrorismo, violação de sanções internacionais e configuram uma agressão ambiental. Fazer nada não é opção.

O segundo campo do debate, com o qual genericamente concordo, diz-nos que devemos deixar a bolha dos ativos digitais esvaziar

mesmo que isso implique perdas significativas para muitos cidadãos incautos.

Se é verdade que os cripto-ativos podem fazer mal à comunidade, trata-se do mesmo tipo de mal dos jogos de sorte e azar. Se alguma regulação é necessária será do mesmo género da que é feita sobre as lotarias ou os casinos.

Ou seja, a regulação dos cripto-ativos deve centrar-se na proteção dos consumidores e na tributação justa de uma atividade perigosa e potencialmente causadora de danos significativos à sociedade.

Nunca será um tema fácil. Os seres humanos têm uma tendência natural para o jogo. Sabemos por infindáveis experiências históricas que o proibicionismo nunca acabou com o jogo, apenas o mudou para sítios que, por clandestinos, são ainda mais perigosos.

Enquadrar e regular é sempre preferível e, afortunadamente, a união europeia está na vanguarda do enquadramento dos ativos digitais. Já foi publicado o documento orientador sobre os mercados de cripto-ativos (MiCA, na sigla inglesa) e teremos em breve legislação concreta sobre o tema. Seria bom que outras geografias se juntassem à Europa neste particular.

Contudo, ainda que a união europeia tenha sucesso no enquadramento, regulação e tributação dos ativos digitais, será apenas uma parte da tarefa.

Se é verdade que os ativos digitais como as bitcoins não serão o dinheiro do futuro, a verdade é que a marcha para o dinheiro digital é inevitável.

O dinheiro digital é um assunto demasiado sério para ser deixado nas mãos de empresários privados com mais ganância do que escrúpulos. O verdadeiro dinheiro digital será criado pelos bancos centrais, sob o poder soberano dos estados e com o escrutínio público das estruturas democráticas.

Felizmente que também no dinheiro digital a Europa lidera e o BCE será porventura o banco central mais avançado do mundo neste particular.

A Europa, a velha Europa, não é o corpo decrépito e decadente que os pessimistas e os praticantes de autoflagelação teimam em ver. A Europa está na vanguarda do dinheiro digital, na frente da regulação dos cripto-ativos bem como numa outra área muito importante a que gostaria de voltar um dia destes, a saber, a regulação e controlo dos abusos das gigantes tecnológicas.



**ESPECIALISTAS
EM FORNECIMENTO
ALIMENTAR
E NÃO ALIMENTAR**



30 ✓

Marcas Representadas

19 ✓®

Marcas Próprias

5.800 🚚

Pontos de entrega

4.800.000 🚛

km / ano

120.000 📦

Toneladas /ano
de alimentos de alta
qualidade

175 M €

Em vendas

100% 🇵🇹

Cobertura Nacional
e Ilhas (Madeira e Açores)
e exportação para África,
Ásia, Europa e América

+24.000 🧴

Referências alimentares
e não alimentares

8 🏠

Plataformas Logísticas:
Lisboa, Porto, Viseu,
Covilhã, Algarve, Açores
(São Miguel e Terceira)
e Madeira



LISBOA: 210 420 000
ALGARVE: 282 484 009
PORTO: 220 406 900

COVILHÃ: 275 320 600
VISEU: 232 430 470
MADEIRA: 210 420 000 | 917 175 381

SÃO MIGUEL: 296 960 550
TERCEIRA: 295 513 048
WWW.SOGENAVE.PT



ÂMBITO: VER CERTIFICADOS
Nº 2008/AMB0364
Nº 2019/SST.0521
Nº 2006/CEP2827
Nº 2008/GSA0037

TRIVALOR
trivalor.pt



O abandono do interior do país

FICHA TÉCNICA

Propriedade: CNIS (Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade) - Rua da Reboleira, 47 - 4050-492 Porto - NIF: 501 146 253 - **Telefone:** 22 606 86 14 | **Fax:** 22 600 17 74 - | **e-mail:** jornal.solidariedade@gmail.com | **Sede de Redação e de Editor:** Rua da Reboleira, 47 - 4050-492 Porto | **Diretor:** Padre Lino Maia | **Diretor-Adjunto** Padre José Baptista | **Editor:** V.M. Pinto **Redação:** Milene Câmara, Pedro Vasco Oliveira e Rodrigo Ferreira - **Colaboradores:** Fernando Martins, Henrique Rodrigues, José Silva, Padre José Maia e José Figueiredo | **Estatuto Editorial:** <http://www.solidariedade.pt/site/mostrapdf/13446> | **Impressão:** Unipress - R. Anselmo Braancamp, 220 - Granja 4410-359 Arcozelo - Gaia | **Tiragem:** 5.000 exemplares **Depósito Legal** n.º 11753/86, ICS-111333

COVID-19

OMS mantém nível máximo de alerta para a pandemia

A Organização Mundial de Saúde (OMS) decidiu manter o nível máximo de alerta para a pandemia de covid-19, depois de uma reunião do Comité de Emergência dos Regulamentos Internacionais de Saúde.

Embora o comité tenha reconhecido que a pandemia pode estar a aproximar-se de um ponto de viragem, decidiu que “não há dúvida” de que o coronavírus SARS-CoV-2 continuará a ser um agente patogénico permanentemente estabelecido em seres humanos e animais para o futuro e, por conseguinte, é criticamente necessária uma ação de saúde pública a longo prazo, anunciou a OMS em comunicado.

“Embora a eliminação deste vírus dos reservatórios humanos e animais seja altamente improvável, a mitigação do seu impacto devastador na morbilidade e mortalidade é viável e deve continuar a ser um objetivo prioritário”, salienta a OMS.

O diretor-geral da OMS, Tedros Adhanom Ghebreyesus, diz no comunicado concordar com o Comité de Emergência sobre a pandemia de covid-19, resultante de uma reunião realizada em final de janeiro, no parecer de continuar a considerar esta doença como “uma emergência de saúde pública de interesse internacional”.

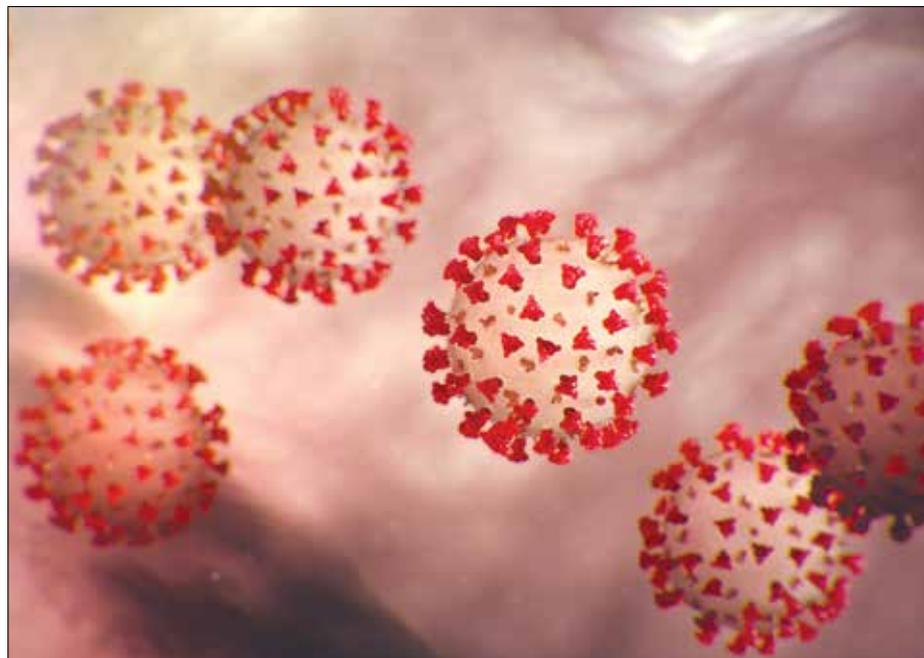
“A recente avaliação rápida dos riscos continua a caracterizar o risco global da covid-19 para a saúde humana e a sua transmissão em curso como elevada”, refere o comunicado.

Tedros Ghebreyesus analisou os pareceres do Comité relativos às recomendações temporárias propostas que divulga no comunicado, nomeadamente manter o objetivo de alcançar uma cobertura de 100% da vacinação contra a covid-19 nos grupos mais vulneráveis e fazer as doses de reforço.

Melhorar o reporte dos dados de vigilância do SARS-CoV-2 à OMS, para “detetar, avaliar e monitorizar variantes emergentes” e identificar alterações significativas na epidemiologia covid-19, bem como compreender o peso da covid-19 em todas as regiões estão também entre as recomendações.

A OMS deve continuar a trabalhar com os Estados-Membros para garantir a capacidade e a cobertura adequadas da vigilância covid-19, para reconhecer rapidamente quaisquer alterações significativas no vírus e/ou na sua epidemiologia e o impacto clínico, incluindo a hospitalização, de modo a que a OMS possa desencadear um alerta global adequado, se necessário.

Outras das recomendações é que os Estados reforcem o acesso às vacinas, diagnósticos e terapêuticas para a covid-19, e que mantenham “uma forte capacidade de resposta nacional a eventos futuros para evitar a ocorrência de um ciclo de negligência e de pânico”.



Os países devem também considerar a forma de reforçar a sua prontidão para responder a surtos, incluindo a atenção à capacidade da mão-de-obra em saúde, à prevenção e controlo de infeções e ao financiamento da preparação e resposta de agentes patogénicos respiratórios e não respiratórios.

Outras medidas recomendadas são continuar a ajustar quaisquer medidas internacionais relacionadas com as viagens, com base na avaliação de riscos, e não exigir a prova de vacinação contra o covid-19 como pré-requisito para viagens internacionais, e continuar a apoiar a investigação de vacinas que reduzam a transmissão e tenham uma ampla aplicabilidade.

“Embora o mundo esteja em melhor posição do que estava durante o pico da transmissão da variante Ómicron do SARS-CoV-2 há um ano, mais de 170.000 mortes relacionadas com a covid-19 foram reportadas globalmente nas últimas oito semanas”, salienta a OMS.

A OMS refere que “a vigilância e sequenciação genética têm diminuído globalmente, dificultando o rastreio de variantes conhecidas e a deteção de novas” e adverte que os sistemas de saúde estão atualmente em dificuldades com a covid-19, a gripe e o vírus sincicial respiratório, face à escassez de mão-de-obra em saúde e ao cansaço dos profissionais.

O Comité foi informado de que, globalmente, foram administradas 13,1 mil milhões de doses de vacinas contra covid-19, com 89% dos profissionais de saúde e 81% dos maiores de 60 anos com a série primária completa.

Lavandarias Profissionais IPSS

Miele

milplus

Parceiro Oficial
Miele

GRUPO LABLAD, LDA.
Rua Fernando Namora, 135
4425-651 MAIA TLM 917571305
info@milplus.pt – www.milplus.pt